



**RELATÓRIO DE GESTÃO
SISEMA 2018**



EQUIPE DE DIREÇÃO DO SISEMA

GERMANO VIEIRA

Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

ANDERSON AGUILAR

Secretário-adjunto de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

CLÁUDIO CASTRO

Subsecretário de Fiscalização Ambiental

DIOGO FRANCO

Subsecretário de Gestão Regional

ANTÔNIO MALARD

Subsecretário de Regularização Ambiental

DANIELA DINIZ

Chefe de Gabinete da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

MARÍLIA MELO

Diretora-geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam)

MARCELO FONSECA

Chefe de Gabinete do Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam)

HENRI DUBOIS COLLET

Diretor-geral do Instituto Estadual de Florestas (IEF)

DANIELA SOUZA

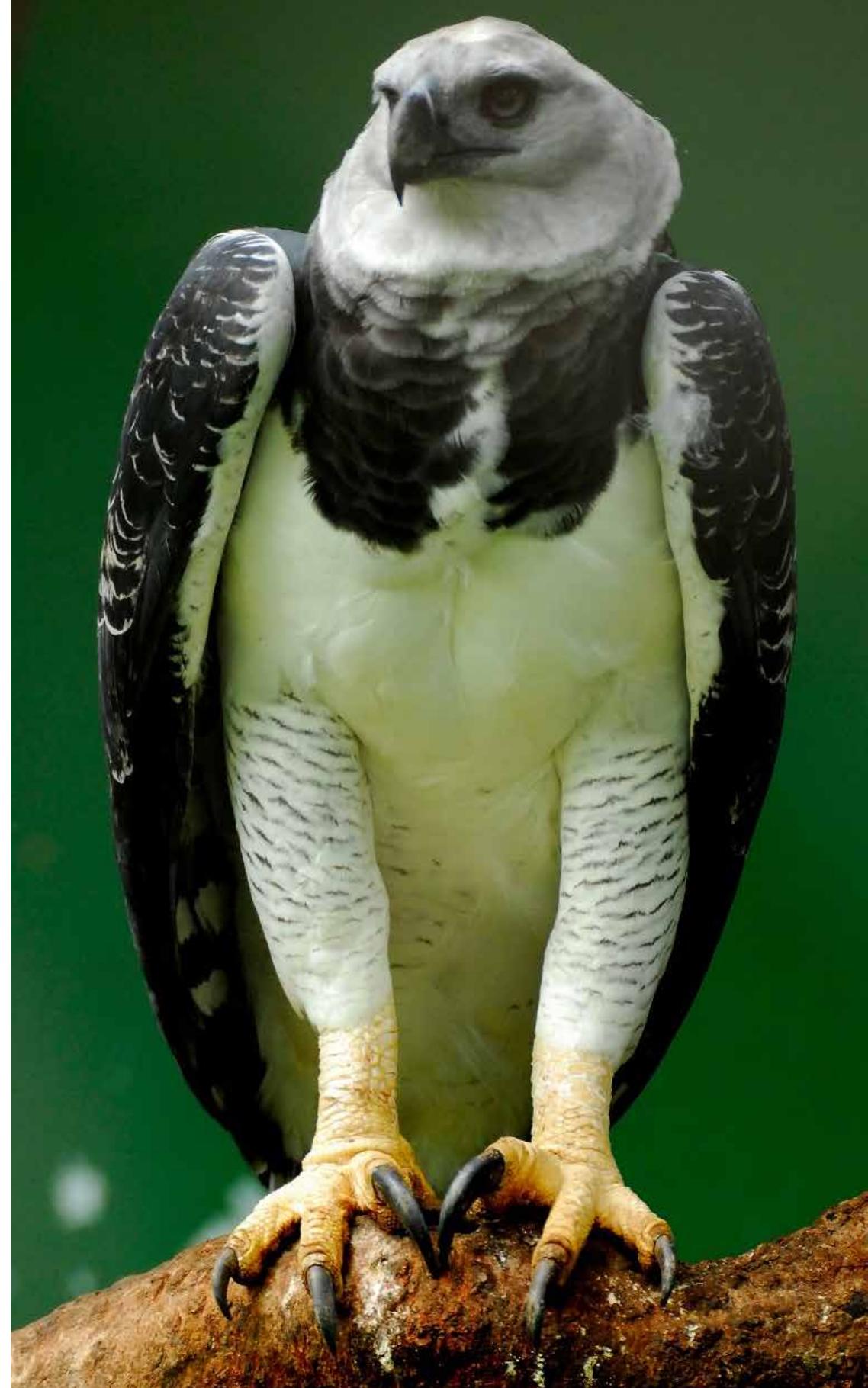
Chefe de Gabinete do Instituto Estadual de Florestas (IEF)

EDUARDO PEDERCINI

Presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente (Feam)

LETÍCIA CAPISTRANO

Chefe de Gabinete da Fundação Estadual do Meio Ambiente (Feam)



Sumário

3	Equipe de direção do Sisema
6	Apresentação
9	Introdução ao Sisema

10 AVANÇOS NOS SERVIÇOS PÚBLICOS

11	Novas Normas
12	Redução do Passivo no Licenciamento Ambiental
18	Mais Municípios com Competência para Licenciar
21	Melhor Gestão das Outorgas
22	Uma Nova Forma de Fiscalizar
23	O Salto de 1690% no Julgamento dos Autos de Infração
27	Emergência Ambiental
29	Serviços Públicos Melhoram e Reclamações Caem

30 MODERNIZAÇÃO E INOVAÇÃO

31	Sistema de Agendamento on-line no licenciamento – Portal MG
35	Sistema on-line do Uso Insignificante
36	Protocolo de Documentos nas Suprams Via SEI
36	Sistema de Decisão dos Processos de Licenciamento Ambiental e Outorga
36	Sistema de Audiência Pública
37	Plataforma IDE-Sisema
38	Sistema de Requerimento de Licenciamento Ambiental

40 GOVERNANÇA INSTITUCIONAL, INFRAESTRUTURA E GESTÃO DE PESSOAS

- 41 Criação da Superintendência de Projetos Prioritários (Suppri)
- 42 Nova Sede do Copam e CERH
- 43 Nova Sede Supram Norte de Minas
- 45 PEA Valoriza Servidor e Reduz Passivo no Licenciamento
- 45 Capacitações

46 SISEMA E RECURSOS HÍDRICOS

- 47 Minas avança no Monitoramento Hidrometeorológico e de Eventos Críticos
- 49 Rede de Alerta é Ampliada
- 50 Sustentabilidade Hídrica é Prioridade
- 50 Avisos Meteorológicos Previnem Estragos de Temporais
- 51 Monitoramento da Qualidade da Água
- 51 Programa Qualiágua
- 51 Estruturação dos Comitês de Bacias Hidrográficas

52 SISEMA E BIODIVERSIDADE

- 53 Redução do desmatamento da Mata Atlântica
- 54 Minas Ganha Novas Unidades de Conservação
- 56 Avanço na Elaboração de Planos de Manejo
- 56 Compensação Minerária
- 57 Conservação e Recuperação de Ecossistemas
- 57 Conexão Mata Atlântica
- 58 Estruturação dos Cetas
- 59 Projeto Asas Ganha Reforço
- 60 Programa Previncêndio
- 61 Cadastro Ambiental Rural (CAR) e Programa de Regularização Ambiental (PRA)

62 REVITALIZAÇÃO DA BACIA DO RIO DOCE

64 NOVOS CAMINHOS PARA A MINERAÇÃO

- 65 Gestão de Barragens
- 66 Avanços do Setor da Mineração em Minas
- 67 Cooperação Internacional e Novas Tecnologias

70 SISEMA E SUSTENTABILIDADE

- 71 Gestão de Resíduos
- 72 Educação Ambiental no Licenciamento
- 72 Monitoramento da Qualidade do Ar
- 72 Diálogos com o Sisema

74 SISEMA E O FUTURO DO MEIO AMBIENTE

- 75 Licenciamento Totalmente Eletrônico
- 75 Sistema de Análise de Outorga
- 76 Portal da Transparência Ambiental
- 77 Política Estadual para Pagamento por Serviços Ambientais
- 78 Lei Floresta/PRA e Sinaflor
- 78 Sistema de Conciliação em Processo Infracionais
- 78 Políticas de Sustentabilidade

Apresentação

Uma trajetória que se firmou em busca de uma gestão ambiental moderna e com melhores indicadores ambientais para Minas Gerais. Assim se traduz a atuação mais recente do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Sisema), período em que expressivos resultados foram alcançados, como mostra este relatório de gestão.

Em um Estado notadamente marcado pelo desenvolvimento econômico como é Minas Gerais, mas ainda com graves disparidades regionais, o Sisema buscou o equilíbrio entre as atividades que movem esta engrenagem financeira e as demandas sociais, sem perder de vistas o que mais lhe importa: a preservação ambiental. Tudo isso feito em condições adversas e que exigiram ainda mais esforço e determinação de cada servidor da pasta ambiental de Minas, haja vista o orçamento apertado imposto pela crise que afeta o país e, conseqüentemente, nosso Estado.

Ainda assim, o Sisema encontrou saídas para alcançar resultados nunca antes vistos. Reduziu passivos em processos, modernizou a legislação ambiental; investiu e capacitou seu corpo técnico; melhorou condições de trabalho, com foco em carreira e estrutura; padronizou e informatizou procedimentos internos e também implantou o sistema de agendamento eletrônico, colocando fim às filas. Investiu ainda em infraestrutura e tem como exemplo dessa importante medida a entrega das novas sedes da Supram Norte de Minas, em Montes Claros, e do Copam e do CERH, em Belo Horizonte.

A gestão profissional do trabalho, com regime de metas e produtividade, além de importantes avanços na melhoria da qualidade do atendimento ao cidadão, mostra que a atual gestão teve uma visão multifocal, atingindo todas as esferas e atividades necessárias para a melhoria da qualidade ambiental em Minas.

Para isso, o esforço interno dos dirigentes foi enorme e contou com importante apoio de órgãos ministeriais, municípios, academia, setores produtivos, órgãos de classe, ambientalistas e sociedade civil

em geral. Foram esses os parceiros com os quais o Sisema estreitou ainda mais as relações de diálogo e de trabalho nos últimos anos, em uma clara atitude de respeito à participação social nos processos decisórios de questões ligadas ao meio ambiente.

Um dos carros-chefes beneficiados por toda essa sinergia foi o licenciamento ambiental, serviço que acumulou um passivo de processos na Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad) e atravancou, em certa medida, o desenvolvimento econômico do Estado, bem como a geração de emprego e renda.

Por meio da modernização da legislação, de novas ferramentas de trabalho, da padronização de procedimentos e da municipalização da regularização, Minas alcançou uma importante redução do passivo de processos de licenciamento. Dados de setembro de 2018 mostram que a eficiência das análises de processos de licenciamento aumentou 294% em relação a 2014. O índice é considerado o melhor da Secretaria em todos os tempos, pasta criada em 1995 e que já possui quase 25 anos.

Além de dar autorização para empreendimentos atuarem em território mineiro sem se esquivar do rigor técnico, o Sisema avançou nos processos de fiscalização, desta vez com caráter preventivo, o que se traduziu em fator extra no ganho de qualidade e regularização ambiental. O projeto piloto foi com o setor da indústria e as tratativas já começaram com diversos segmentos econômicos, a exemplo da agropecuária. Minas investiu ainda em ações com benefício direto à população, por meio de condicionantes e compensações ambientais exigidas na regularização.

Na área de mineração, atividade pela qual nosso Estado se destaca no cenário nacional e internacional, o Sisema inovou em legislação e fiscalização e ainda foi buscar no exterior novas tecnologias e parcerias para fomentar avanços para o setor. Em 2017 e 2018, o Sisema criou “pontes” com governos e empresas holandesas e chinesas, trazendo para

o Estado novas alternativas para monitoramento e gestão de barragens, além de tecnologias inovadoras para tratamento de rejeitos, colocando em prática conceito que se difunde modernamente: green mining e sustainable mining.

Outro grande ganho para o Estado nos últimos anos foi a implantação da Plataforma IDE-Sisema, ferramenta que auxilia na identificação de territórios aptos à instalação de empreendimentos, já inclusive premiada e reconhecida pelo setor acadêmico. E, se por um lado a IDE Sisema passou a auxiliar o processo de licenciamento, através do conhecimento prévio do território, a efetividade das ações de fiscalização já foi mensurada por importante indicador: a redução do desmatamento. Levantamento apresentado em 2018 pela Fundação SOS Mata Atlântica destaca a expressiva queda de 58% no desmate desse bioma no Estado de Minas Gerais. O menor índice em 32 anos.

Também criamos mais áreas de preservação ambiental: o Parque Estadual Serra Negra da Mantiqueira, na Zona da Mata, e o Parque Estadual de Botumirim, no Norte, que juntos somam cerca de 40 mil hectares. Além disso, o Estado avançou na Política de Regularização Ambiental de Imóveis Rurais, se tornando a unidade da federação com maior número de imóveis inscritos no Cadastro Ambiental Rural (CAR).

Na gestão de recursos hídricos, o Sisema implantou o Sistema de Uso Insignificante que permitiu a obtenção da certidão on-line, com estímulo à regulação dos pequenos usos de água, o que permitiu que os dados desse serviço passassem a ser mais confiáveis e norteassem melhor a política de gestão de recursos hídricos no Estado.

Foram muitas as ações, que podem ser conhecidas ao longo deste balanço e que são sentidas pela população, já que a redução das reclamações feitas à Ouvidoria Geral do Estado (OGE) neste ano foi de praticamente 100% nos quesitos avaliados. Todas essas ações mostram o que o Sisema mais soube fazer: olhar de forma coordenada para o meio ambiente e para as pessoas de nosso Estado com a mesma preocupação, atuando de forma sustentável e equilibrada.

Conheça mais sobre todos esses resultados. Fique à vontade e boa leitura!

Germano Luiz Gomes Vieira
Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

A wide, multi-tiered waterfall cascades down a rocky cliff face. The water flows over numerous horizontal rock ledges, creating a series of smaller falls and pools. The surrounding area is lush with green vegetation, including trees and shrubs. The overall scene is serene and natural.

Introdução ao Sisema

O Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos é formado pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad), pelos Conselhos Estaduais de Política Ambiental (Copam) e de Recursos Hídricos (CERH) e pelas entidades vinculadas: Fundação Estadual do Meio Ambiente (Feam), Instituto Estadual de Florestas (IEF) e o Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam).

A Semad no âmbito do Estado de Minas Gerais é o órgão representante do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama), exercendo a função de coordenação do Sisema. Cabe à Secretaria a missão de formular, coordenar, executar e supervisionar as políticas públicas para conservação, preservação e recuperação dos recursos ambientais, visando ao desenvolvimento sustentável e à melhoria da qualidade ambiental no Estado de Minas Gerais, conforme prevê o Decreto 47.042/2016.

Às entidades vinculadas têm agendas específicas. Criado em 17 de julho de 1997, o Igam é responsável por desenvolver e implementar a Política Estadual de Recursos Hídricos, além de planejar e promover ações direcionadas à preservação da quantidade e da qualidade das águas de Minas Gerais. O gerenciamento desses recursos é feito por meio da outorga de direito de uso da água, do monitoramento da qualidade das águas superficiais e subterrâneas do Estado, dos planos de recursos hídricos, bem como da consolidação de Comitês de Bacias Hidrográficas (CBHs) e Agências de Bacia.

O Instituto tem como diretriz uma administração compartilhada e descentralizada, envolvendo todos os segmentos sociais. O Igam desenvolve ainda ações técnicas

e participativas voltadas à normatização (enquadramento dos corpos hídricos e autorizações legais), à elaboração de documentos orientadores (planos diretores de recursos hídricos), à estruturação de sistemas gerenciais (Sistema Estadual de Informações de Recursos Hídricos – InfoHidro) e ao monitoramento. E no âmbito federal, o órgão integra o Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama) e o Sistema Nacional de Recursos Hídricos (SNGRH).

A agenda verde em Minas é responsabilidade do Instituto Estadual de Florestas (IEF), órgão criado em 1962, pela Lei no 2.606, ou seja, o mais antigo dentro do Sisema. Sua missão é atuar no desenvolvimento e na implementação das políticas florestal e de biodiversidade do Estado, visando à manutenção do equilíbrio ecológico, à conservação, à preservação, ao uso sustentável e à recuperação dos ecossistemas.

O IEF é responsável pela proposição e execução das políticas florestais, de pesca e de aquicultura sustentável, cuidando da preservação e conservação da vegetação, da pesquisa em biomassa e do mapeamento da cobertura vegetal do Estado. Cabe ainda ao Instituto promover e supervisionar a execução de pesquisas relativas à manutenção do equilíbrio ecológico. A instituição administra as

unidades de conservação estaduais, áreas protegidas que são destinadas à conservação e preservação da fauna e flora mineiras.

Já a Fundação Estadual do Meio Ambiente (Feam), criada em 1988, foi até o ano de 2007 o órgão responsável pelo desenvolvimento e a implementação dos instrumentos de política ambiental e fiscalização ambiental, atuando também como secretaria executiva do Copam. Essas atividades sempre foram subsidiadas pela execução de pesquisas e projetos voltados à qualidade ambiental.

Desde 2007, a partir da reestruturação do Sisema e da nova organização regionalizada do licenciamento e da fiscalização ambiental, a Feam concentra seus esforços no fomento, na participação e no desenvolvimento de pesquisas e projetos voltados para a implementação de novas estratégias de gestão ambiental nos municípios, nas empresas e no Estado. Além disso, atua na gestão de barragens e tem a Gerência de Apoio Técnico ao Licenciamento Ambiental.

Tem como competência desenvolver e implementar as políticas públicas relativas à mudança do clima, às energias renováveis, à qualidade do ar, à qualidade do solo e à gestão de efluentes líquidos e de resíduos sólidos.



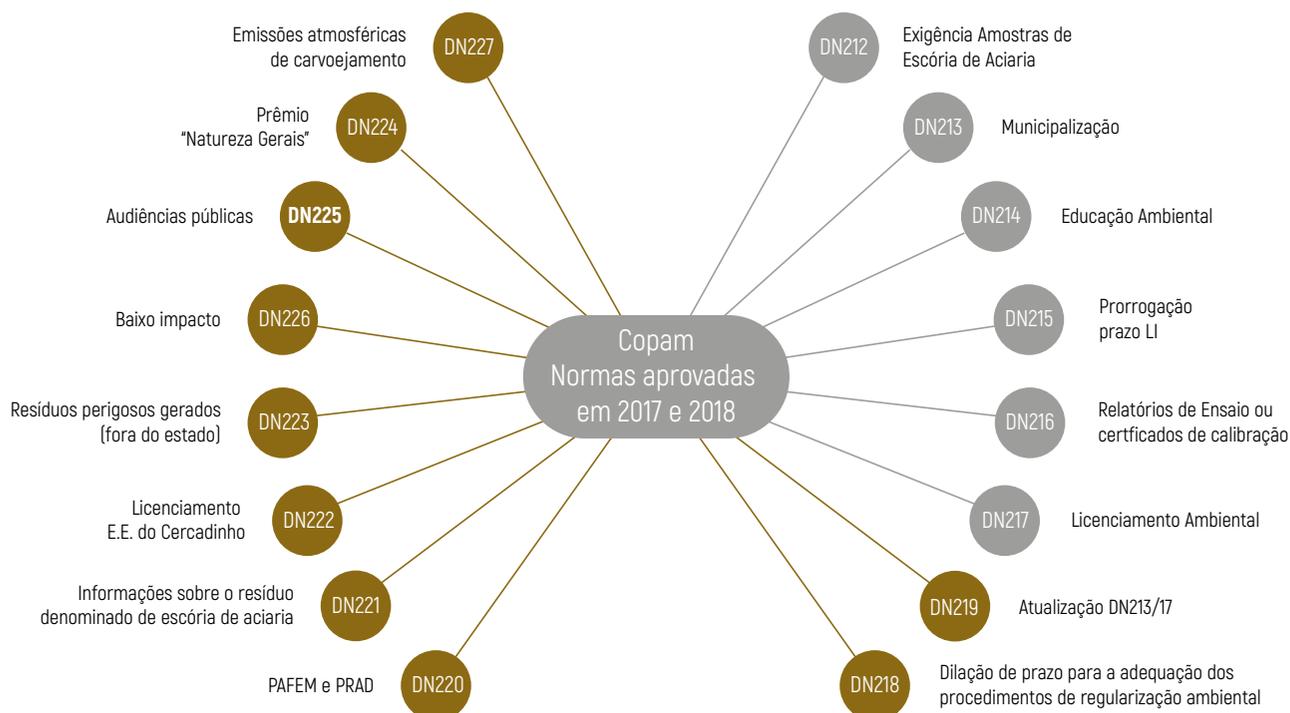
Avanço nos Serviços Públicos

Minas Gerais retomou a vanguarda no Brasil na prestação de serviços públicos ambientais a partir de diversas inovações implantadas nos últimos quatro anos. Adotou novas tecnologias, padronizou procedimentos, avançou na prestação dos serviços e modernizou legislações, entre outras iniciativas.

NOVAS NORMAS

Neste quesito, Minas Gerais tornou-se referência nacional a partir da revisão da Deliberação Normativa Copam 217/2017. Com a nova norma, além de definir novos portes e potenciais poluidores, passamos a ser o primeiro estado brasileiro a incorporar critérios locais para definir as modalidades de licenciamento ambiental.

Deliberações Normativas Copam (2017 | 2018)



NOVA DN COPAM 217/2017

Minas inova ao ser o primeiro Estado do país a definir critérios de localização para classificar modalidades de licenciamento. Confira os ganhos com a nova DN Copam 217/2017:

- Otimiza o licenciamento em áreas onde não há incidência de critérios locais
- Unifica regras de licenciamento que antes se encontravam dispersas em outras deliberações normativas
- Atualiza os critérios para classificação de empreendimentos em função de porte e potencial poluidor
- Cria novas modalidades e moderniza o licenciamento ambiental mineiro.

DECRETO 47.383/2018

- Tipifica e classifica infrações de acordo com padrões mais atuais de proteção ao meio ambiente
- Regulamenta a Lei 21.972/2016 no que se refere às regras do licenciamento ambiental
- Estabelece novos procedimentos administrativos de fiscalização e aplicação das penalidades.
- Cria o licenciamento ambiental simplificado por meio eletrônico
- Delimita critérios mais racionais para a fixação das condicionantes ambientais
- Racionaliza as ações de fiscalização

2017 2018

Sisema

Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos

Deliberação normativa promete desburocratizar licenciamento ambiental em Minas

Uma das novidades da DN 217/2017, que entra em vigor nesta terça-feira, é a possibilidade de agendamento eletrônico de serviços ligados ao Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos

REDUÇÃO DO PASSIVO NO LICENCIAMENTO AMBIENTAL

As ações para redução do passivo dos processos de licenciamento acumulados na pasta ambiental foram estabelecidas na mais recente gestão do Sisema, fazendo o Estado de Minas Gerais seguir em direção ao passivo zero nesse serviço.

MEDIDAS ADOTADAS

- Plano de Eficiência Ambiental (PEA) – sistema de metas e produtividade para acabar com o passivo de processos tramitando fora do prazo legal
- Revisão de normas e modernização da legislação
- Padronização de procedimentos nas Superintendências Regionais de Meio Ambiente (Suprams)
- Implantação de novos sistemas e tecnologias
- Agendamento eletrônico de serviços
- Capacitação dos servidores
- Incentivo com treinamentos e capacitações aos municípios para assumirem sua competência originária para o licenciamento e fiscalização

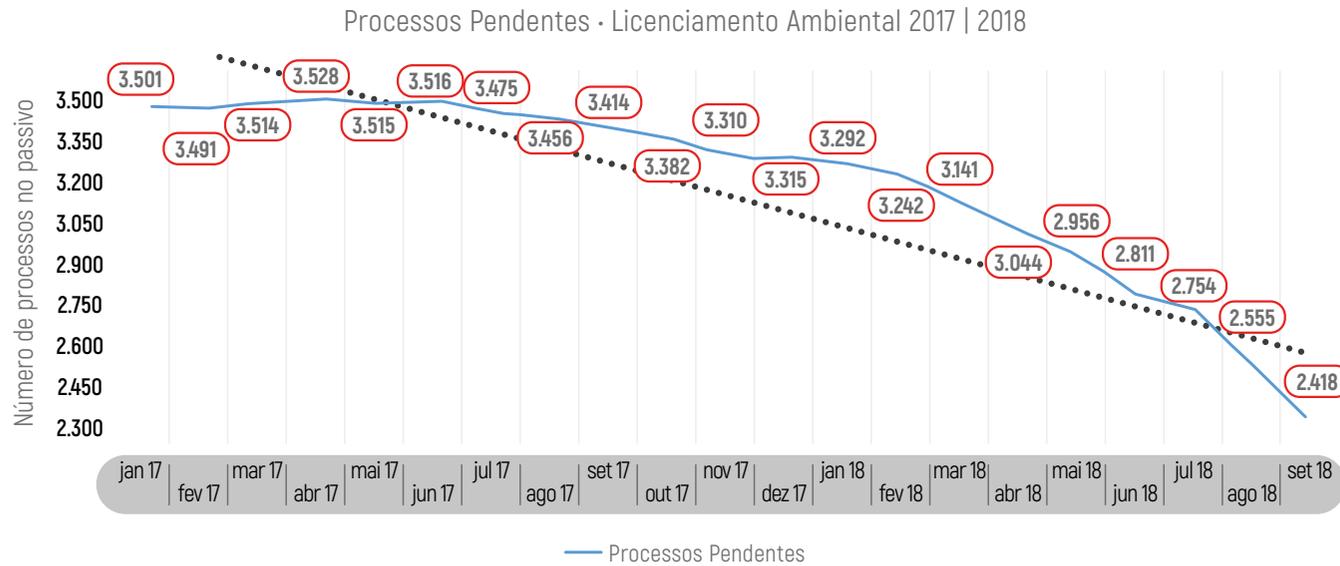
TODOS OS PROCESSOS

4.886
processos de
licenciamento

foram concluídos somente nos **9 primeiros meses de 2018**, sendo que deste total **1.375** foram de processos de licenciamento na modalidade convencional, número **200%** maior que o total finalizado em 2016.

LICENCIAMENTO AMBIENTAL

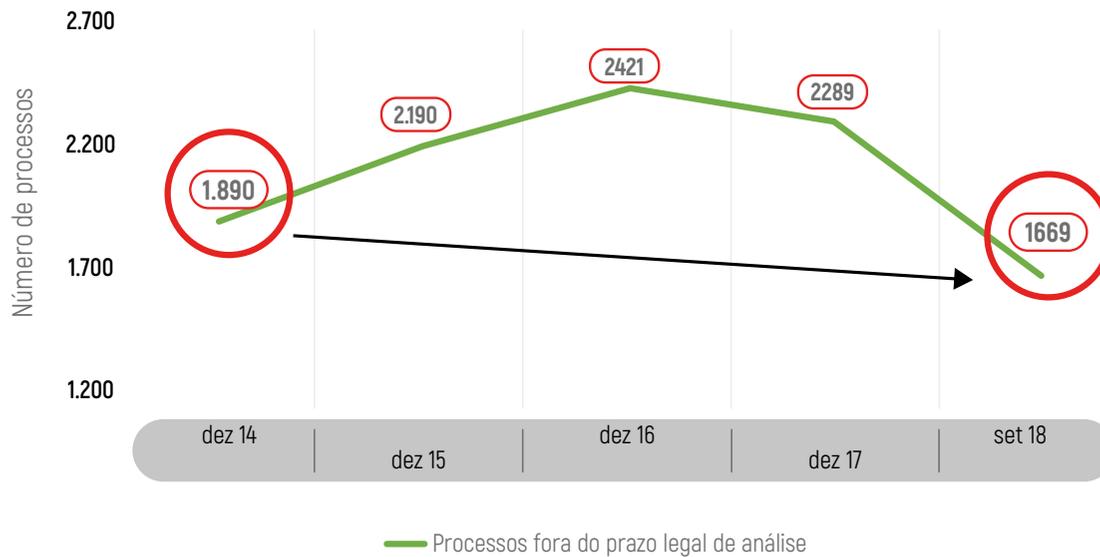
RESULTADOS ALCANÇADOS



◀ Ao lado, é possível visualizar a evolução mensal de 2017/2018 e a redução de processos pendentes de decisão (dentro e fora do prazo legal de análise).

Resumo do Licenciamento Ambiental 2014 a 2018

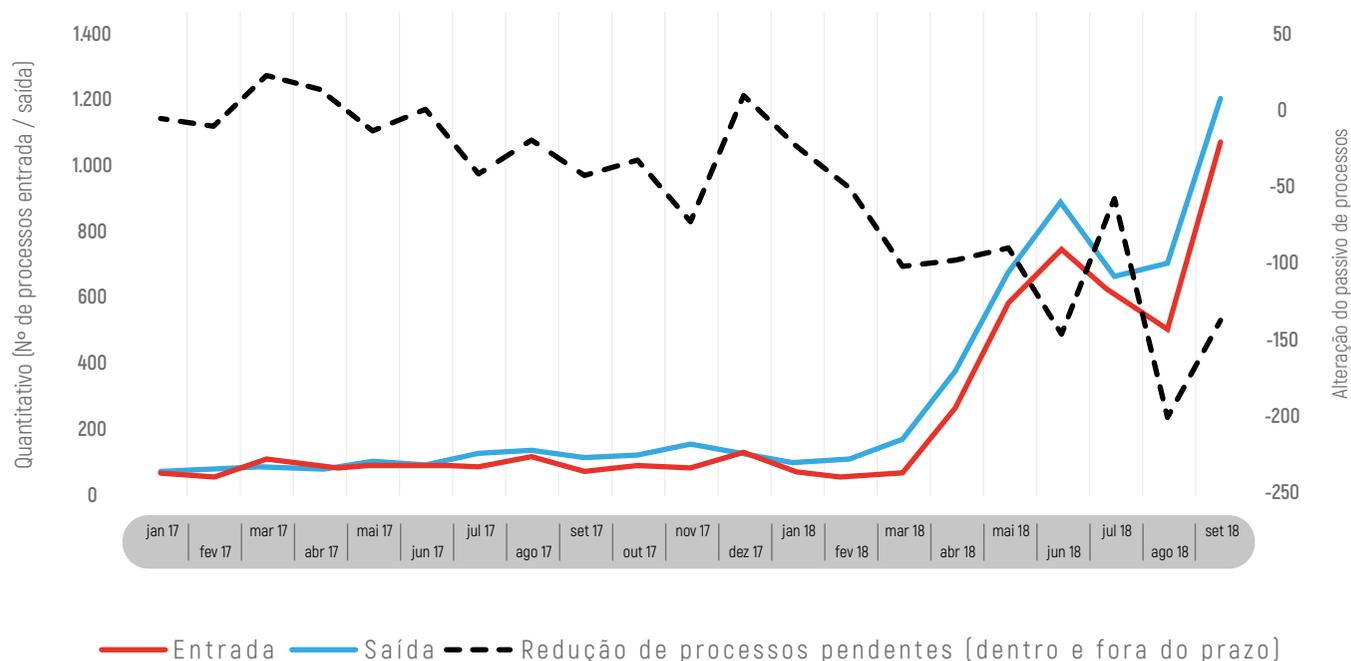
(Processos fora do prazo legal de análise)



◀ A evolução do quantitativo de processos fora do prazo legal de análise, demonstra que em setembro/2018 o número de processos aguardando análise é menor do que o registrado em dezembro/2014.

A seguir é possível visualizar a relação de entrada e saída de processos, (quantitativo indicado do lado esquerdo do gráfico) além da redução de processos pendentes de decisão - dentro e fora do prazo (alteração de passivo demonstrada no lado direito do gráfico)-, desde janeiro/2017 até setembro/2018.

Performance do Licenciamento Ambiental - 2017 | 2018

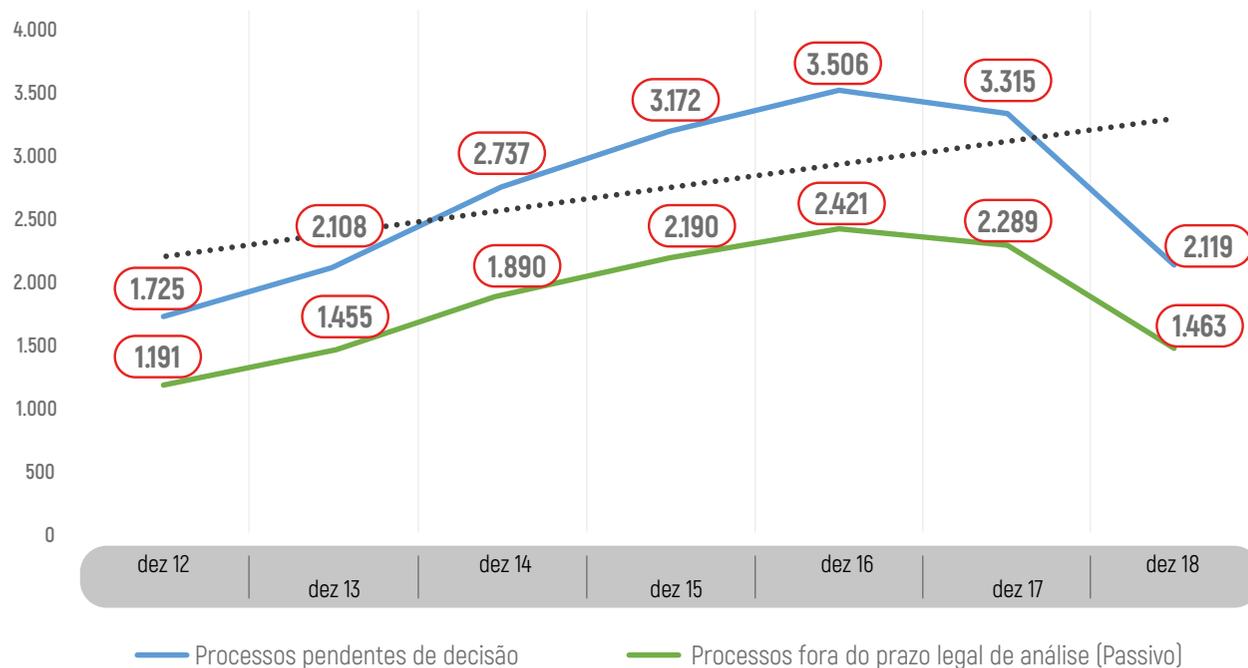


Redução de processos pendentes 2014 a 2018

Parâmetros/Período	2014	2015	2016	2017	2018 (Jan até Set)
Entrada de Processos	1330	1184	1020	1121	3.989
Saída de Processos	712	742	686	1312	4886
Acumulação/Redução de processos pendentes	618	442	334	-191	-897

Acumulação/Redução de Processos fora do prazo legal	427	305	231	-128	-619
---	-----	-----	-----	------	------

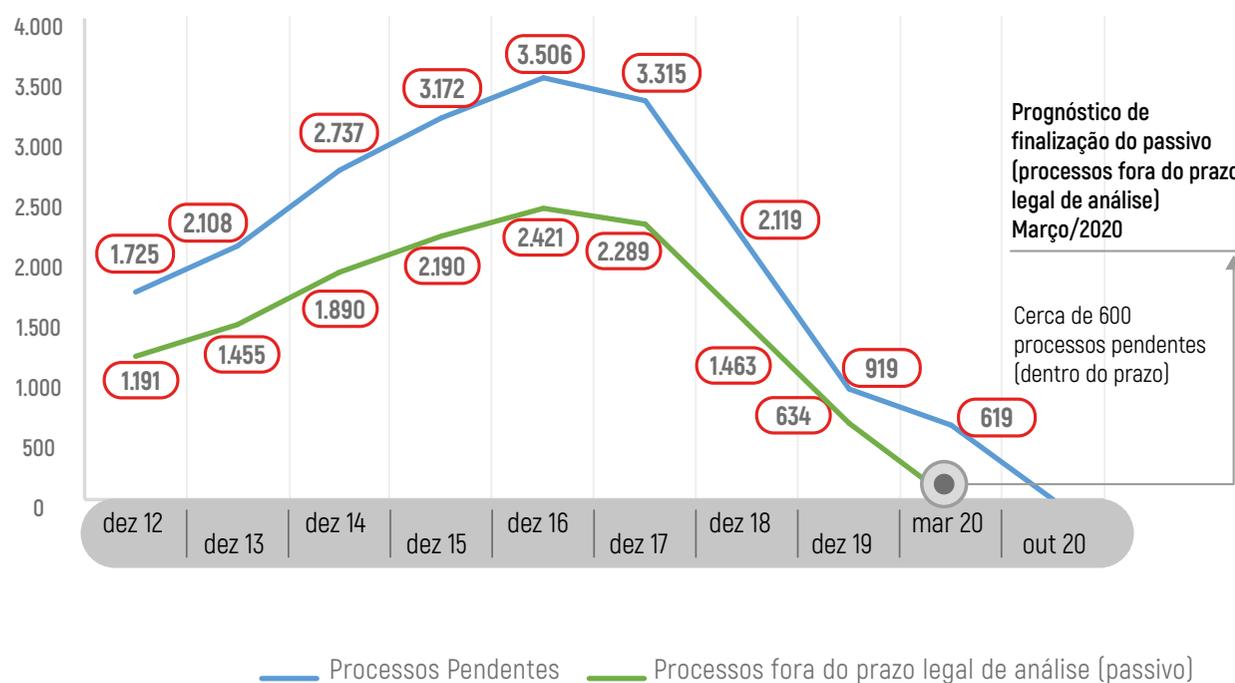
Quantitativo (Nº de processos entrada / saída)



Construção de cenário Licenciamento Ambiental [até dez | 2018]

Considerando a produtividade alcançada em 2018, a expectativa é de finalizar o ano de 2018 com 2.119 processos aguardando decisão do órgão ambiental, quantitativo 40% menor do que o registrado em 2016

Número de processos



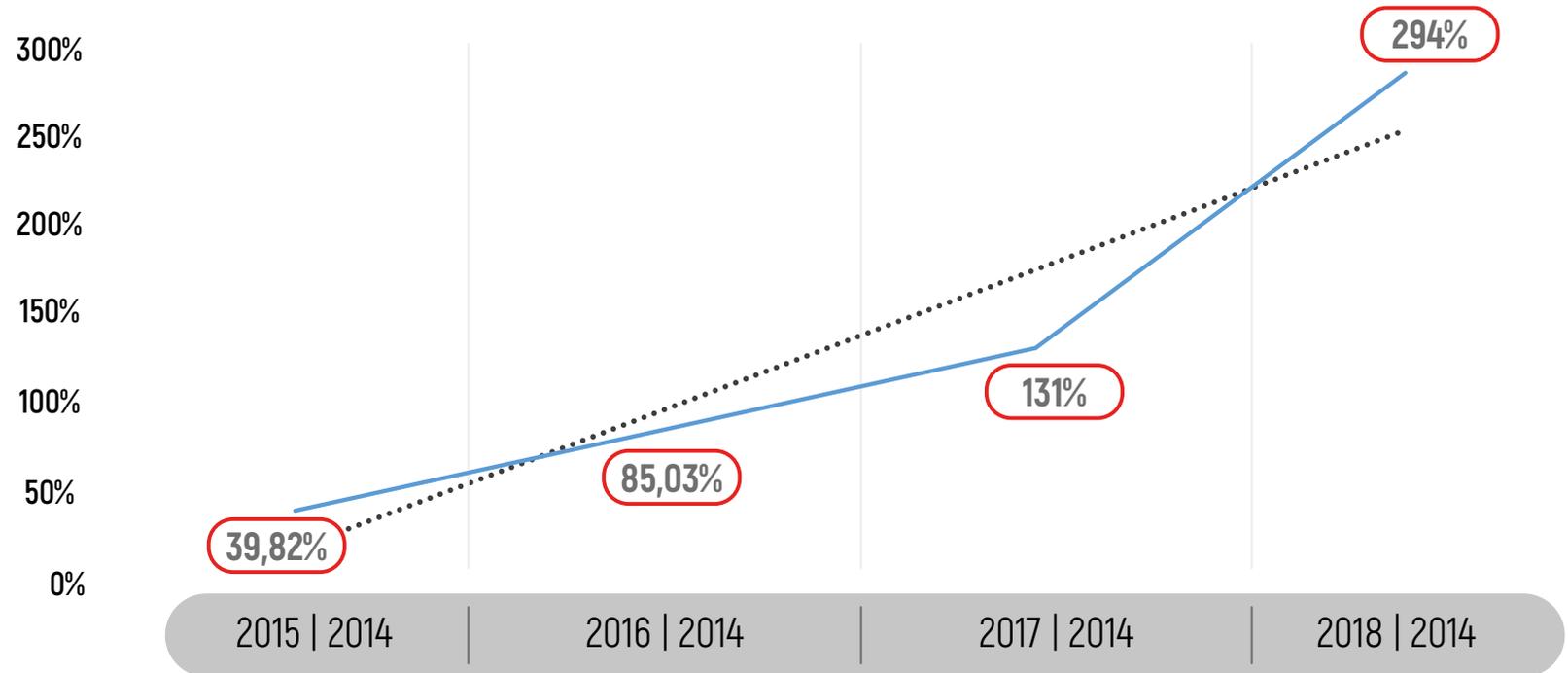
Prognóstico da Evolução do Licenciamento Ambiental 2012 a 2020 [Processos Pendentes]

Dessa forma, o prognóstico é de finalizar em março de 2020 o passivo de processos cujo prazo legal de análise já expirou

Eficiência (Licenciamento Ambiental)

Eficiência (Licenciamento Ambiental)

A eficiência na análise dos processos de licenciamento ambiental é de 294% comparada ao resultado do ano de 2014, demonstrando notável evolução do licenciamento ambiental.



COMPARAÇÃO ANO	2015 2014	2016 2014	2017 2014	2018 2014
% de eficiência	39,82%	85,03%	131%	294%

Ainda, com a modernização dos procedimentos, houve melhora na agilidade para análise dos processos de licenciamento da modalidade simplificada.

MODALIDADE	PRAZO MÉDIO (DIAS) ATÉ SETEMBRO 2018	PRAZO MÉDIO META (DIAS)
LAS Cadastro	7	10
LAS RAS	27	30

PASSIVO

27%

é a queda registrada no total de processos pendentes de decisão pelo órgão ambiental (dentro e fora do prazo de análise): de **3.315**, registrados em dezembro de 2017, o número caiu para **2.419** processos em setembro de 2018 (redução de **896** processos pendentes, sendo deste total **619** fora do prazo legal de análise).

NA IMPRENSA

O TEMPO
ECONOMIA
BELO HORIZONTE 17 OUTUBRO 2018 19°C

CAPA SUPERFC CIDADES DIVERSÃO INTERESSA MAIS

Eleições 2018 Blog Olho Neles Caça-Fake Aparte Política Brasil Econom

Especiais: A Revolta dos Centavos | Minas no Brasil de 2018 | Balé da Copa | Tempo de Bike | Game: Empi

EM 2018

Minas destrava gargalos que atrasavam licenças ambientais

De janeiro a agosto, o número de processos liberados foi 15% maior que a soma de 2016 e 2017

Salvar no Facebook Recomendar 38 Compartilhar Tweet G+

GOVERNO AGILIZA LIBERAÇÃO DE LICENÇA AMBIENTAL

2.200
PROCESSOS ESTÃO ATRASADOS

As metas de aumento de eficiência do licenciamento precisarão ser batidas em conjunto pelos servidores para que tenham acesso aos benefícios

Empresários elogiam decisão e cobram qualificação de técnicos



Governo agiliza licença ambiental para empreendimentos em Minas

Filipe Motta
fmotta@hojeemdia.com.br

11/12/2017 - 06h00 - Atualizado 07h31

Compartilhe



Link: <http://hoje.vc/1d8mj>



Samuel Costa/Hoje em Dia /



CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO - A Anglo American ainda aguarda licença ambiental para ampliar operação no município

O governo de Minas lançou, na última semana, um programa para a acelerar as concessões de licenciamento ambiental no Estado. A meta nos próximos cinco anos é acabar com o passivo de cerca de 2.200 processos que estão com a análise em atraso nos órgãos do Sistema de Meio Ambiente.

Criado por decreto pelo governador Fernando Pimentel, o programa propõe o estabelecimento de ferramentas de melhoria na gestão e um sistema de metas e incentivos financeiros para a equipe de funcionários da área. A implantação de sistemas eletrônicos de processos e a mudança na legislação também serão considerados pela Secretaria de Meio Ambiente.

MAIS MUNICÍPIOS COM COMPETÊNCIA PARA LICENCIAR

Até abril de 2017, MG tinha
7 municípios
com competência para licenciar

Em setembro de 2018, já são
41 municípios
com competência para licenciar no
Estado, sendo 8 por meio de convê-
nio de delegação de competência
celebrado com a Semad e 33 por te-
rem assumido a competência origi-
nária advinda da **DN Copam 213/2017**

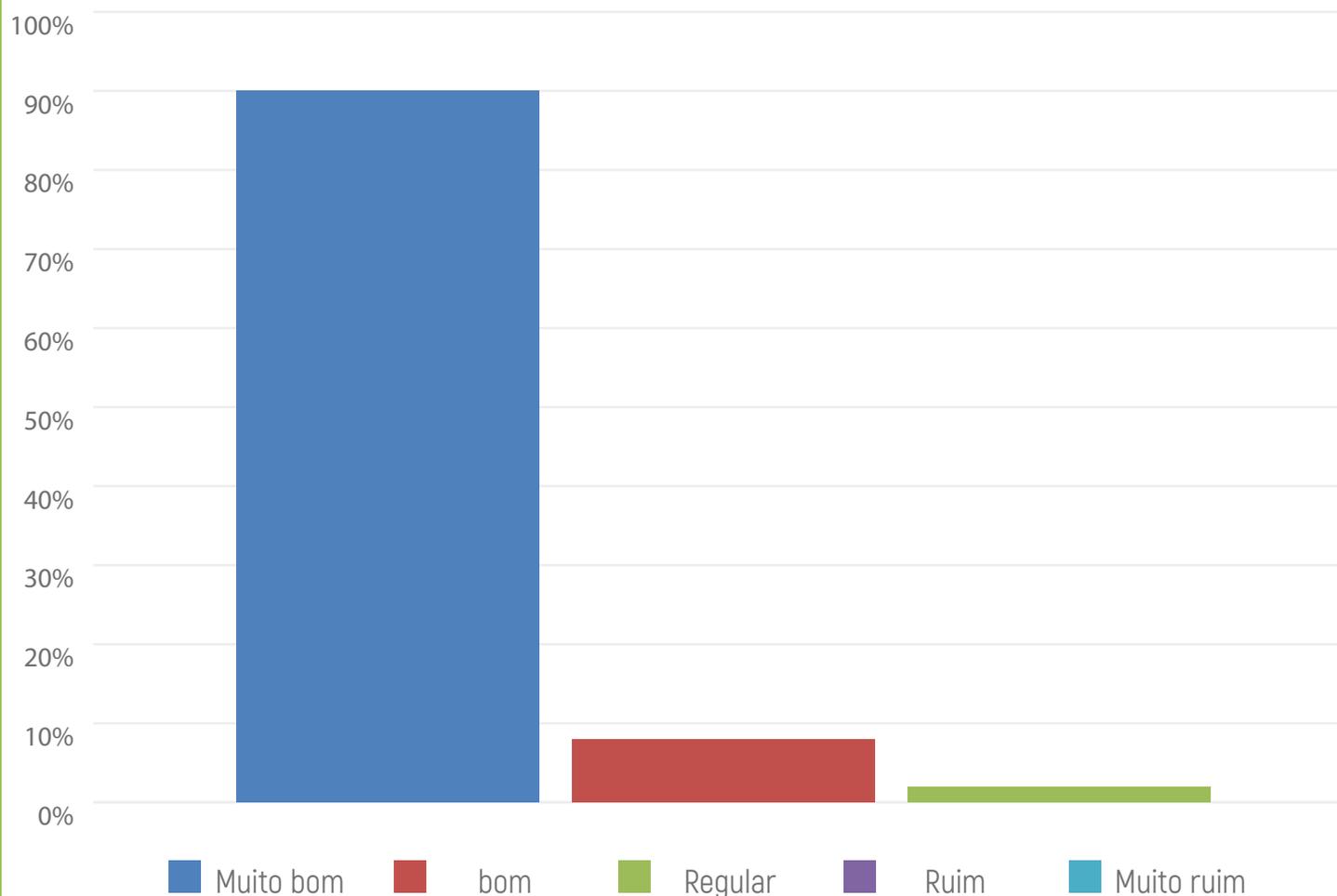
116 municípios

foram capacitados pela **Semad** para se
estruturarem em busca de assumirem
a competência originária para o licen-
ciamento e a fiscalização nos termos da
DN Copam 213/2017. As capacitações
tiveram como público alvo os analistas
ambientais e os gestores dos municípios

90%
dos participantes

de capacitações acerca do licenciamento consideraram os conhecimentos repassados aos analistas ambientais e gestores municipais como úteis e aplicáveis às suas rotinas de trabalho.

Utilidade e aplicabilidade dos conhecimentos adquiridos na capacitação



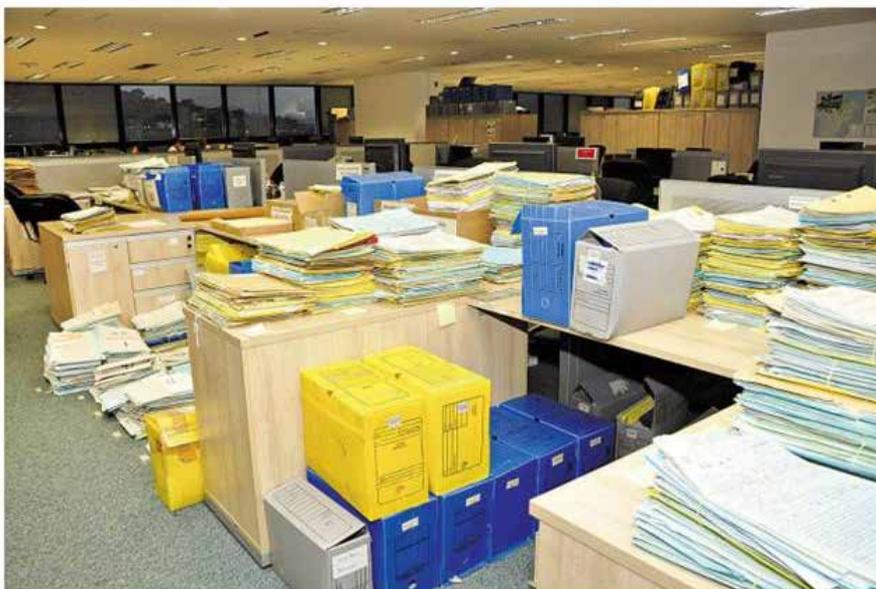
O TEMPO
ECONOMIA

SEMAD

Prefeitura poderá dar licença

Governo de Minas autoriza município a dar licenciamento ambiental a projeto de pequeno impacto

Salvar no Facebook | Recomendar 26 | Compartilhar | Tweet | G+



Emperrados. Pilhas de processos para licenciamento ambiental aguardam a liberação por um quadro de 210 servidores na secretaria

Construção civil comemora

A construção civil e o mercado imobiliário comemoram a transferência do licenciamento ambiental Estado para os municípios. “É uma notícia muito boa. A prefeitura tem interesse em aprovar mais rápido para liberar o investimento e girar a economia”, afirma o presidente do Sindicato da Indústria da Construção (Sinduscon-MG) André Campos. Ele estima que hoje R\$ 5 bilhões em investimentos estão travados, à espera de licenças do Estado. Eles poderiam gerar 195 mil empregos. Como a municipalização vale só para novos pedidos, Campos acredita que vale a pena encerrar o processo no Estado e recomençar no município.

FOTO: EDY FERNANDES



Presidente do Sinduscon-MG, André Campos aprova a medida

MELHOR GESTÃO DAS OUTORGAS

Com a reestruturação das entidades que compõem o Sisema, a análise de outorgas retomou, em abril de 2018, para o Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam) e novos procedimentos foram adotados para colocar em dia as análises de outorgas no Estado.

5.858

processos de outorga

analisados, a mais que o previsto, é o prognóstico para o fim de 2018, com a atual performance.

CAPACIDADE DE ANÁLISE:

2012 a 2016 → **346** processos/mês

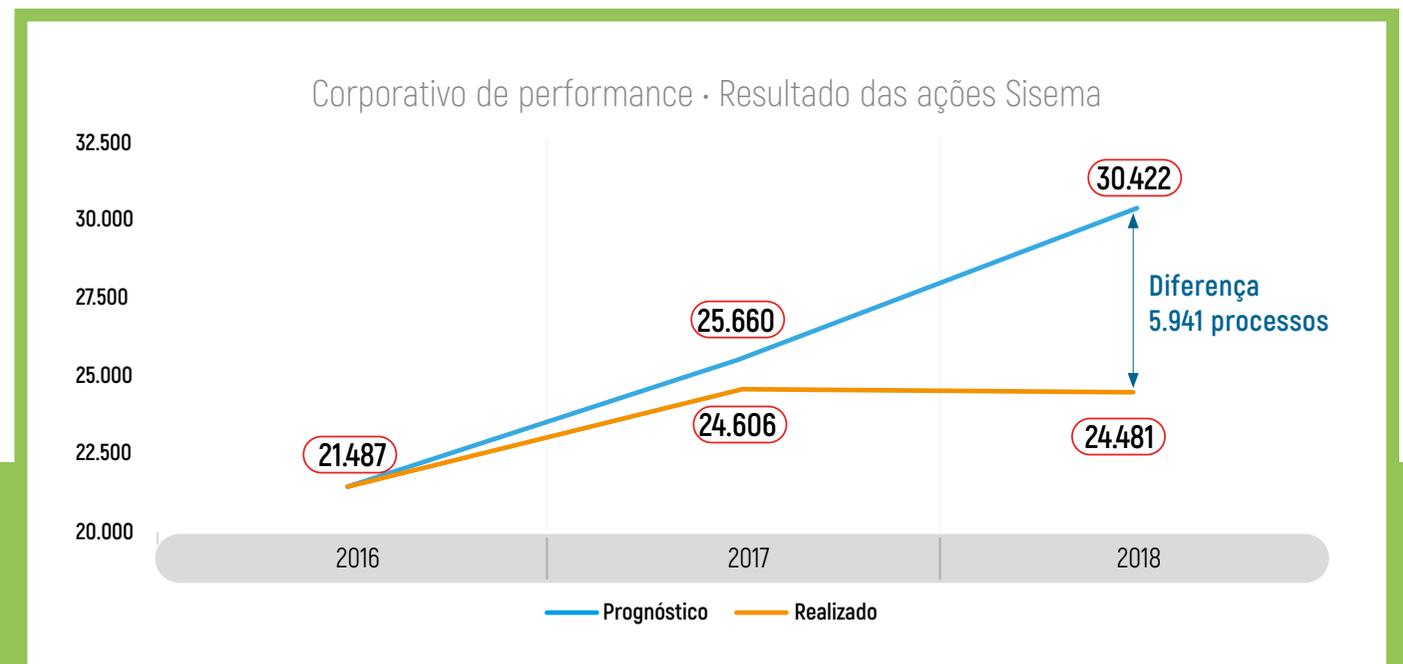
2017 → **504** processos/mês

2018 → **772** processos/mês

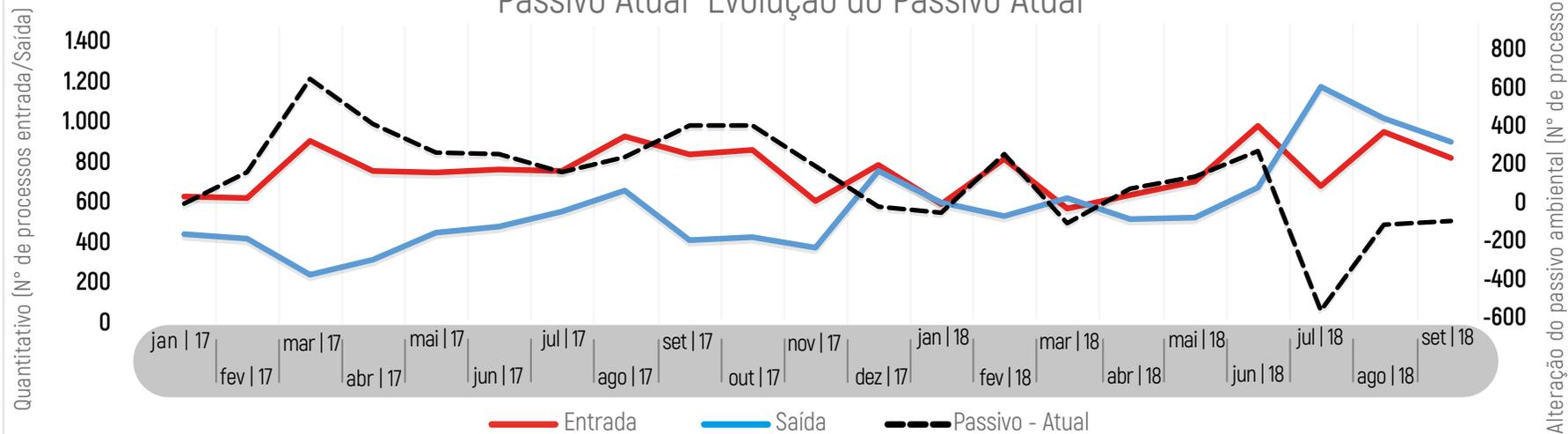
EFICIÊNCIA

2017 - ganho de desempenho em **46%**

2018 - ganho de desempenho em **123%**



Passivo Atual Evolução do Passivo Atual

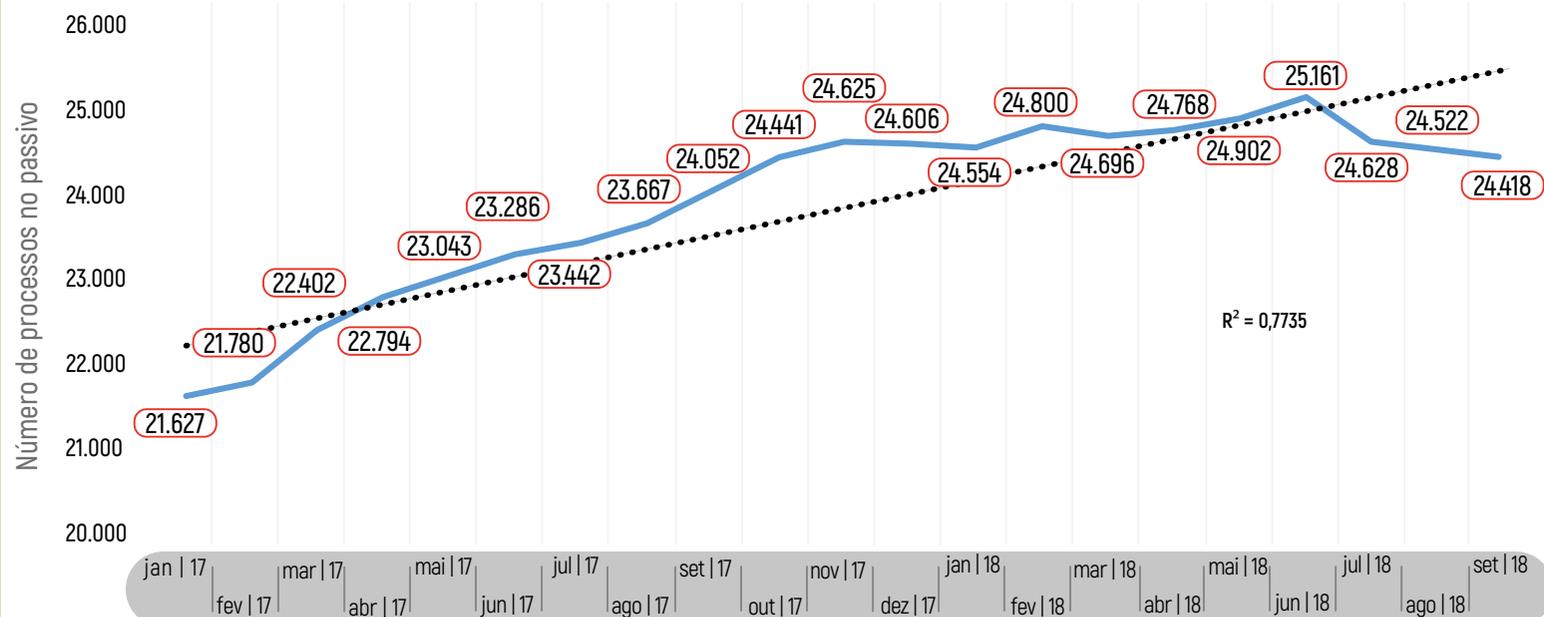


Parâmetros/Período	2014	2015	2016	2017	2018
Entrada	8.068	7.986	10.872	9.165	6.758
Saída	3.952	3.717	4.796	6.046	6.946
Acumulação Passivo	4.116	4.269	6.076	3.119	-188

Percentual de processos vinculados:

Parâmetros/Período	jan 18	fev 18	mar 18	abr 18	mai 18	jun 18	jul 18	ago 18	set 18	Total 2018
Entrada	592	816	563	634	702	977	682	952	840	6758
Saída	644	570	667	562	568	718	1.215	1.058	944	6946
Acumulação Passivo	-52	246	-104	72	134	259	-533	-106	-104	-188

Resumo "Evolução Passivo" - Outorga (2017 | 2018)



UMA NOVA FORMA DE FISCALIZAR

MUDANÇAS

2017 - Programa de Fiscalização Ambiental Preventiva na Indústria (FAPI):

- Trabalho preventivo de orientação priorizado, em detrimento das ações repressivas.
- **17** workshops com empreendedores em todas as regiões do Estado
- **1.350** pessoas orientadas e 29 alertas emitidos para a indústria
- Apoio técnico aos empreendedores

2018 - Programa de Fiscalização Ambiental Preventiva na Indústria (FAPI)

- 12 workshops com empreendedores do Estado
- 1.000 empresas saíram da clandestinidade e iniciaram o processo de regularização ambiental junto à Semad

RESULTADO DA FISCALIZAÇÃO

As ações desenvolvidas pelos Núcleos de Controle Ambiental (Nucams) da Semad têm contribuído para a redução da incidência de irregularidades nos empreendimentos mineiros com licença ambientais vigentes. Do total de fiscalizações realizadas em 2016, cerca de 65% apresentavam irregularidades, enquanto em 2018 esse percentual caiu para aproximadamente 60%.

INCIDENCIA DE INFRAÇÃO AMBIENTAL POR FISCALIZAÇÃO REALIZADA

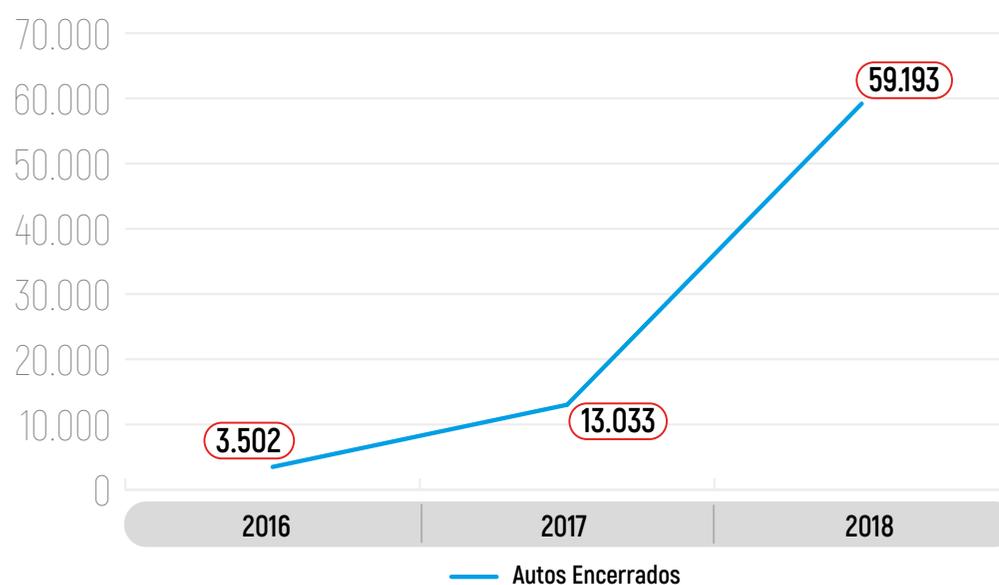


EFICIÊNCIA · AUTUAÇÕES EM 2017

Fiscalização repressiva **68%**

Fiscalização preventiva **0,9%**

Autos de Infração Finalizados



O SALTO DE 1.690% NO JULGAMENTO DOS AUTOS DE INFRAÇÃO

Após um grande acúmulo de passivo na análise de autos de infração, que chegou a mais de **170 mil processos**, a Semad realizou uma profunda revisão dos procedimentos, bem como implementou novas ferramentas que permitiram maior celeridade na análise, garantindo o encerramento de processos e consequente redução do passivo.

O AVANÇO

3.502 autos de infração foram finalizados em 2016, enquanto em 2018 esse número saltou para **59.193 processos** concluídos, até agosto, o que representa um aumento de **1.690%**.

2018

O número de autos de infração finalizados em 2018 é

1.690%

maior que o total de 2016

O número de autos de infração finalizados em 2018 é

454%

maior que o total de 2017

NÚMERO DE AUTOS DE INFRAÇÃO
LAVRADOS NO ESTADO – 2011 A 2018

ANO **QUANTIDADE**

Até 2014 ——— 110.767
 2015 ——— 23.783
 2016 ——— 25.340
 2017 ——— 24.750
 2018 ——— 24.359

TOTAL **208.999**

VALOR DAS MULTAS APLICADAS
NO ESTADO – 2011 A 2018

ANO **VALOR DAS MULTAS
APLICADAS**

Até 2014 ——— R\$ 794.286.535,35
 2015 ——— R\$ 187.368.921,07
 2016 ——— R\$ 260.651.643,38
 2017 ——— R\$ 250.595.382,57
 2018 ——— R\$ 424.168.695,38

TOTAL **R\$ 1.917.071.177,75**

TOTAL DE AUTOS DE INFRAÇÃO PROCESSADOS X PENDENTES /PROPORÇÃO DE PROCESSAMENTO

SITUAÇÃO

QUANTIDADE

Processados por cobrança
[Quitados / Dívida Ativa]

33.611

Processos anulados ou remetidos
conforme Lei 21.735/2015

99.010

Pendentes de Análise

76.378



VALOR DAS MULTAS QUITADAS NO ESTADO – 2015 A 2018

ANO **VALOR DAS MULTAS QUITADAS**

Até 2014 — R\$ 12.112.128,59
 2015 — R\$ 3.081.824,97
 2016 — R\$ 10.012.176,43
 2017 — R\$ 23.518.621,96
 2018 — R\$ 37.423.329,97

TOTAL **R\$ 86.148.081,92**

Em outubro de 2015 foi instituído o CAP para toda a Semad, quando passou a ser possível tornar efetiva a cobrança das multas.

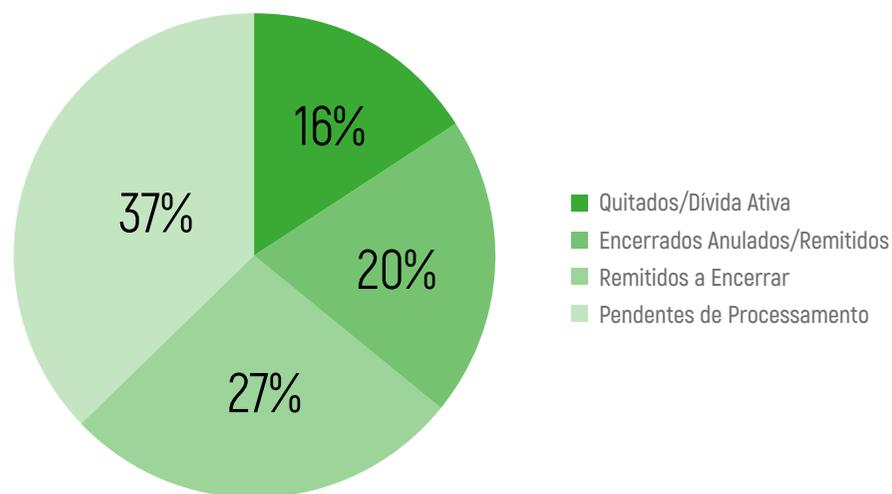
VALOR DAS MULTAS ENCAMINHADAS PARA INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA NO ESTADO – 2015 A 2018

ANO **MULTAS ENVIADAS PARA DÍVIDA ATIVA**

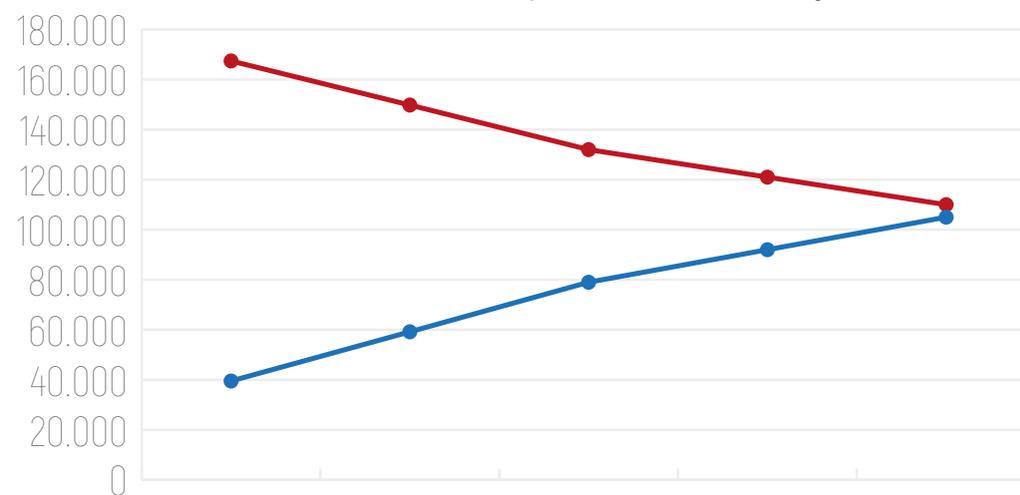
Até 2014 — R\$ 8.703.425,60
 2015 — R\$ 14.673.913,14
 2016 — R\$ 74.202.933,83
 2017 — R\$ 36.831.432,74
 2018 — R\$ 130.409.016,22

TOTAL **R\$ 264.820.721,53**

Processamento de Autos de Infração



Projeção de análise até o fim de 2018: Análise de 49% do passivo de autos de infração



	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Encerrados	39.531	59.193	79.000	92.000	105.000
Passivo	167.431	149.806	131.999	120.999	109.999

CONVERSÃO DE MULTAS EM SERVIÇOS AMBIENTAIS

Multas ambientais não pagas em Minas Gerais poderão ser convertidas em prestação de serviços e melhoria do meio ambiente. É o que prevê acordo de cooperação assinado em 2018 pelo Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Sisema), Ministério Público (MPMG) e Tribunal de Justiça (TJMG).

A ideia é reduzir as demandas de conflitos e direcionar recursos para a defesa e recuperação do meio ambiente.

NA IMPRENSA



BASE DE DIÁLOGO

ACORDO PARA AÇÕES AMBIENTAIS

MULTAS NÃO PAGAS PODERÃO SER CONVERTIDAS EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS



SOLELNIDADE – Termo de cooperação foi assinado ontem pelo governador Pimentel e representantes do Ministério Público de Minas e Tribunal de Justiça

EMERGÊNCIA AMBIENTAL

Ligado à Subsecretaria de Fiscalização da Semad, o Núcleo de Emergência Ambiental (NEA) atua em regime de plantão 24 horas, com uma equipe multidisciplinar que fica à disposição para ocorrências em vias de transporte e indústrias, principalmente.

ATENDIMENTO A EMERGÊNCIAS AMBIENTAIS EM ATÉ 24 HORAS

Ano	Atendidas
-----	-----------

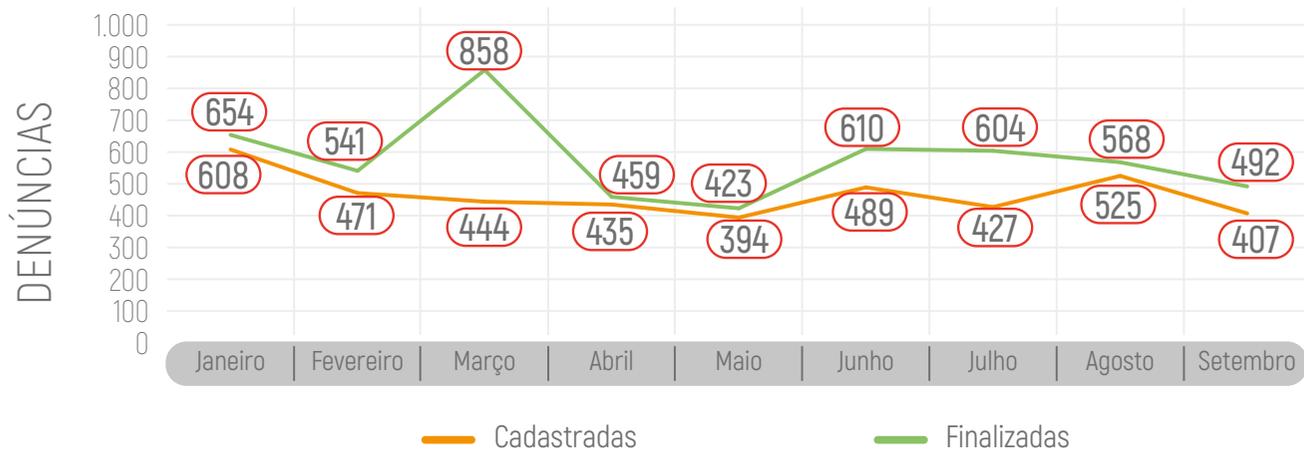
2016	177
------	-----

2017	231
------	-----

2018*	217
-------	-----

*Até 25 de outubro

ATENDIMENTO ÀS DENÚNCIAS E REQUISIÇÕES EM 2018



- Cadastradas: **4.200 denúncias;**
- Finalizadas: **5.209 denúncias;**

Além do tratamento das denúncias cadastradas no ano de 2018 foram reduzidos **27%** do passivo de anos anteriores



- Cadastradas: **3.904 requisições**
- Finalizadas: **5.342 requisições**

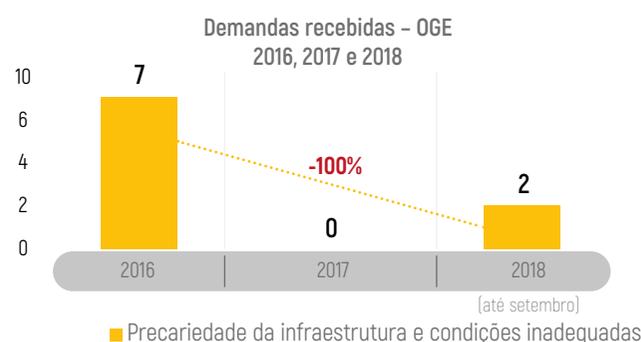
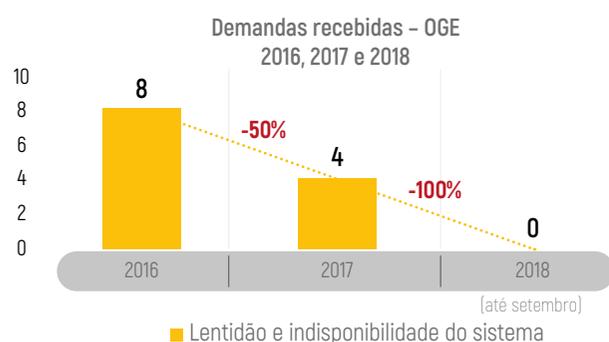
Além do tratamento das requisições cadastradas no ano de 2018 foram reduzidos **34%** do passivo de anos anteriores

SERVIÇOS PÚBLICOS MELHORAM E RECLAMAÇÕES CAEM

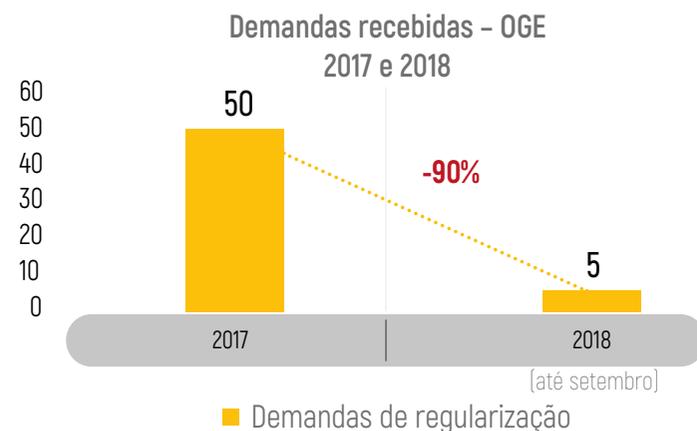
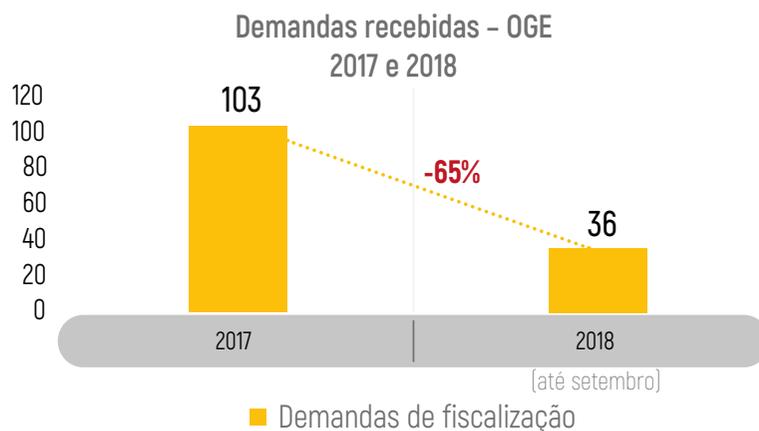
Os avanços em tecnologia, revisão de normas, capacitação técnica, infraestrutura e aprimoramento da carreira, entre outras medidas resultaram em uma melhora expressiva do atendimento das Suprams para o cidadão.

Demandas Recebidas pela Ouvidoria Geral do Estado - OGE - Reclamações

Superintendências Regionais de Meio Ambiente - Suprams



MELHORIA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS REFLETE NO ATENDIMENTO DIRETO AO CIDADÃO.



A person with a red backpack stands on a rocky ledge inside a cave, looking out at a lush green forest. The scene is framed by the dark, textured rock of the cave entrance. The forest outside is dense with green foliage, including ferns and trees. The overall atmosphere is one of exploration and nature.

Modernização e Inovação

SISTEMA DE AGENDAMENTO ON-LINE NO LICENCIAMENTO – PORTAL MG

Em março de 2018 os serviços ambientais de licenciamento e outorga passaram a ser agendados via internet, agilizando o atendimento e melhorando a prestação de serviço ao cidadão mineiro.

As marcações podem ser feitas pelo Portal MG, no endereço:

www.mg.gov.br/agendamento

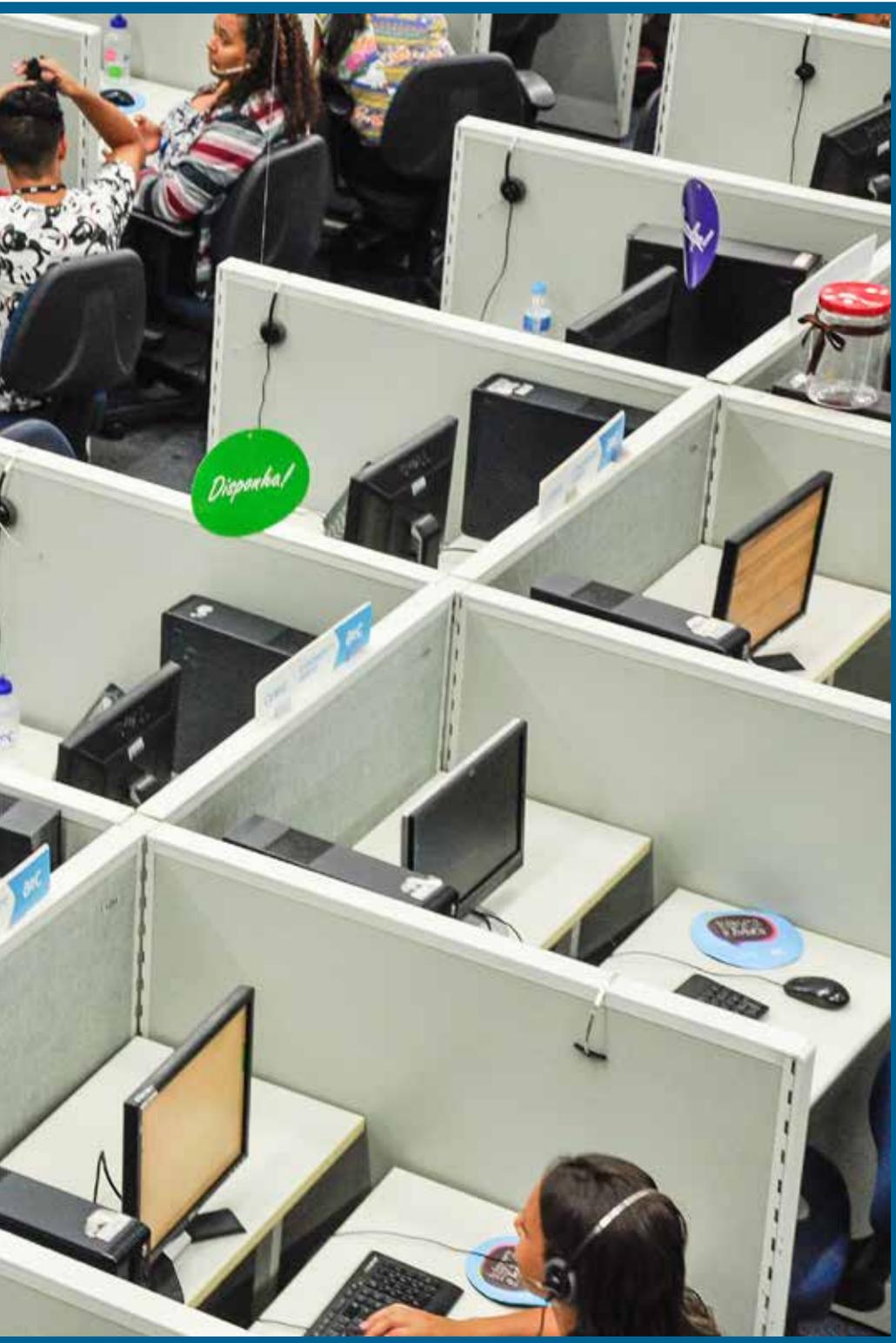
The screenshot displays the 'mg.gov.br' website interface. At the top, there is a search bar with the text 'Buscar' and a magnifying glass icon. To the right of the search bar are links for 'ACESSIBILIDADE', 'MAPA DO SITE', 'CONTRASTE', and a prominent orange button labeled 'LOGIN DO CIDADÃO'. Below this is a dark navigation bar with white text for 'GOVERNO', 'CIDADÃO', 'EMPRESA', 'MUNICÍPIO', 'TRANSPARÊNCIA', and 'ATENDIMENTO'. A breadcrumb trail indicates the current location: 'Você está aqui: Página Inicial > Agendamento Online'. The main heading is 'AGENDAMENTO ONLINE' with a calendar icon. On the right side, there are social media icons for Facebook, Twitter, Email, and YouTube. The content area is divided into two columns. The left column is titled 'Agendamento do serviço SEMAD' and lists three bullet points: 'Caracterização de processos de outorga de direito de uso de recursos hídricos', 'Formalização de processos de licenciamento ambiental e outorga de direito de uso de recursos hídricos', and 'Orientação ao Licenciamento Ambiental'. The right column is titled 'Acompanhe seus agendamentos' and features a large orange button with the text 'Consultas e cancelamento de agendamentos'.

MUDANÇAS NO ATENDIMENTO

- Fim da fila de atendimento e da corrupção por venda de senhas
- 100% dos agendamentos feitos de forma on-line
- Transparência e maior controle na marcação dos atendimentos
- Maior comodidade para o cidadão
- Maior capacidade de planejamento para as Suprams
- Fim do “mercado de atendimentos”
- Redução de 25 mil atendimentos em balcão em 2017 na comparação com 2016 e menos 30 mil em 2018, na comparação com 2017

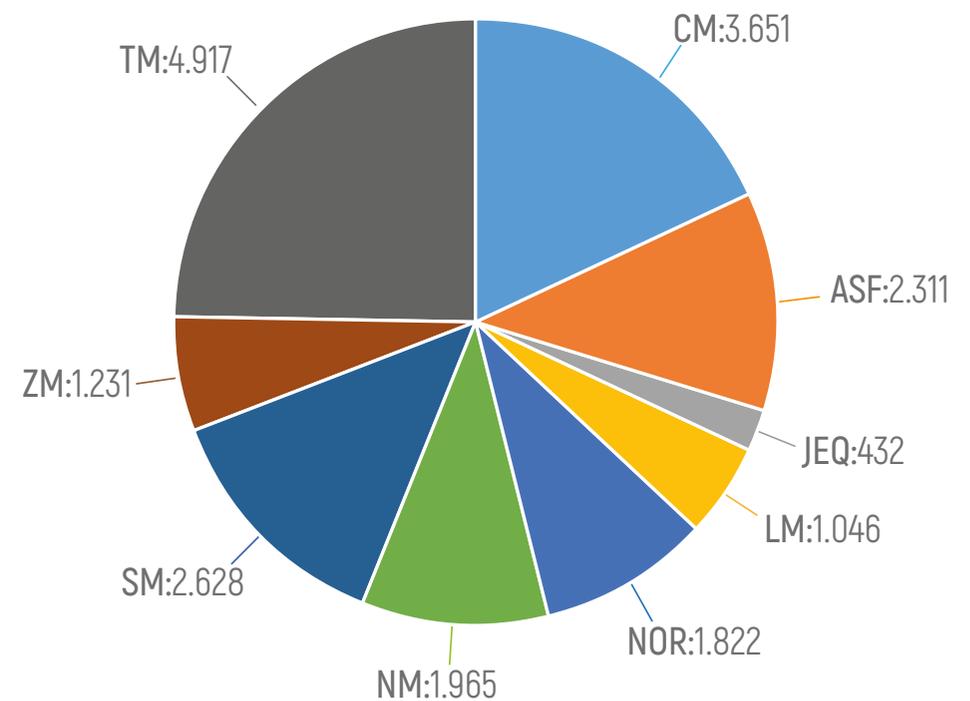


Central de Atendimento do Lig Minas recebe pedidos de agendamento dos Serviços Semad ▶



AGENDAMENTO ELETRÔNICO JÁ GARANTIDO PARA TODO O ESTADO.

Nº de agendamentos Portal MG por SUPRAM
Período: 06/03/18 a 30/09/18 (Total: 20.003)

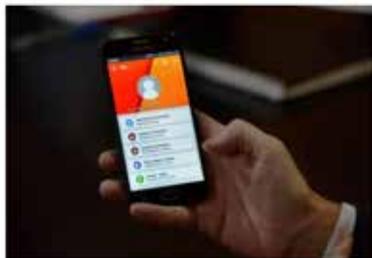


- Central Metropolitana
- Leste Mineiro
- Sul de Minas
- Alto São Francisco
- Noroeste
- Zona da Mata
- Jequitinhonha
- Norte de Minas
- Triângulo Mineiro



TECNOLOGIA ACELERA EMISSÃO DE LICENÇAS

SIMPLIFICAÇÃO DE PROCESSOS REDUZ A QUASE ZERO LISTA DE ESPERA POR ATENDIMENTO



Alguns serviços podem ser solicitados por meio da Internet (Crédito: Carlos Alberto/Imprensa MG)

GAZETA DO TRIÂNGULO

Projeto-piloto pretende zerar longas filas de espera por serviços ambientais

Na tarde de terça-feira, 12, foi apresentado a empreendedores e consultores ambientais o sistema de agendamento do atendimento na Superintendência Regional de Meio Ambiente (SUPRAM) do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, sediada em Uberlândia, órgão vinculado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD) de Minas Gerais.



Projeto de agendamento online é apresentado pela Superintendência de Meio Ambiente em Uberlândia

A partir de outubro, usuários poderão utilizar o telefone 155 para marcações. Supram espera diminuir filas presenciais na unidade do Triângulo Mineiro.



Regional
Pontal do
Triângulo



- + SOBRE A REGIONAL ▾
- UNIDADES
- PRODUTOS
- NOTÍCIAS ▾
- EVENTOS ▾

Home » Notícias » SUPRAMs farão agendamento eletrônico para atendimento ao público

Notícias

11/10/2017

SUPRAMs farão agendamento eletrônico para atendimento ao público

O atendimento por agendamento tem a finalidade de criar padronização e alinhamento no horário de todas SUPRAMs do Estado.



INFORMAÇÃO ESTRATÉGICA

MEIO AMBIENTE

No dia 02 de outubro foi iniciado o agendamento eletrônico para atendimento nas Superintendências Regionais de Meio Ambiente - SUPRAMs. Inicialmente, o agendamento estará disponível apenas para as SUPRAMs Alto São Francisco, Central Metropolitana e Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Posteriormente este serviço também será implementado nas outras Superintendências.

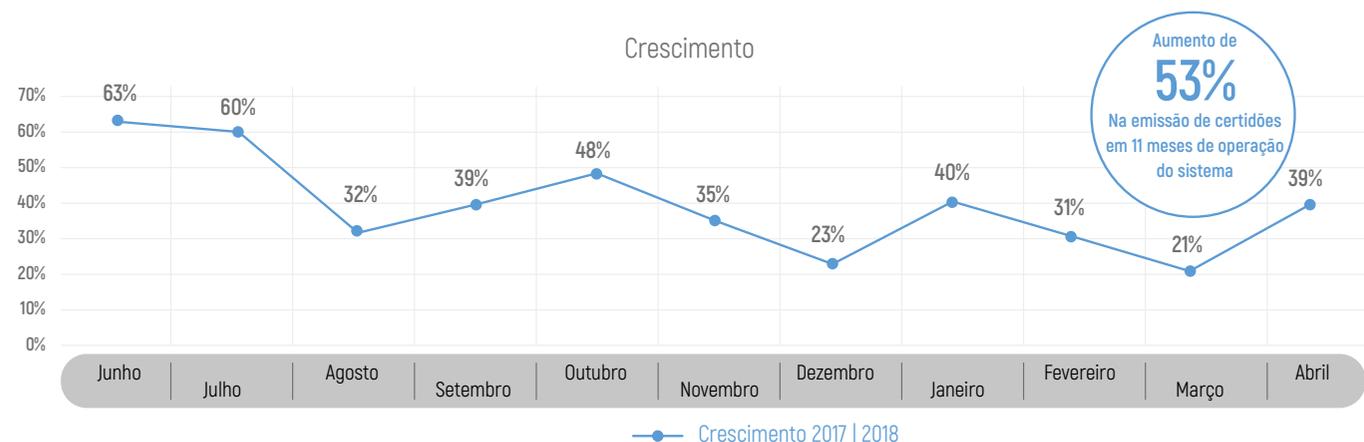
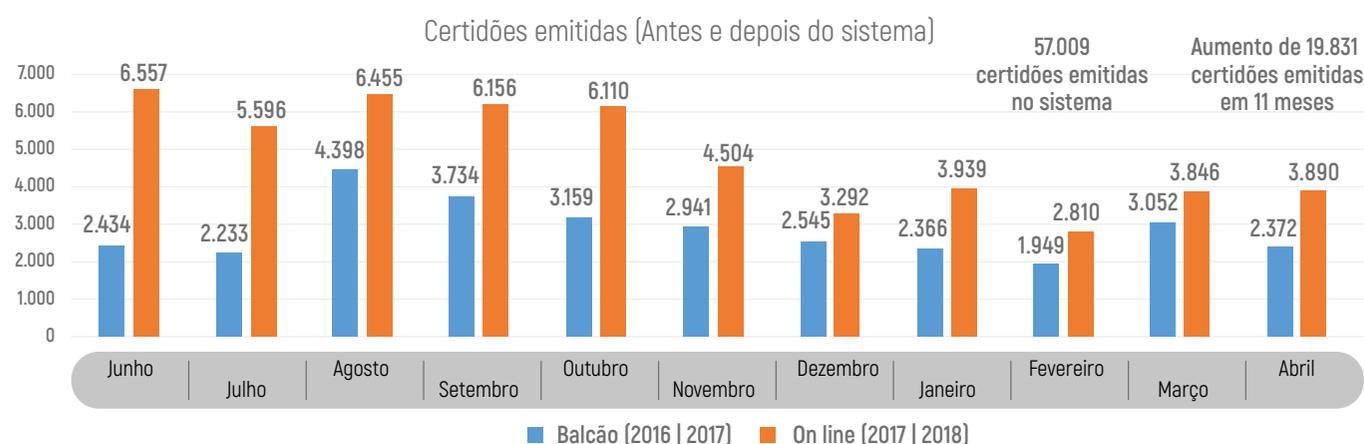
SISTEMA ON-LINE DO USO INSIGNIFICANTE

- Procedimento desburocratizado
- Sistema on line
- Eliminou a necessidade do usuário ir até o balcão

Lançado em maio de 2017 pelo Governo de Minas, por meio do Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam), o sistema on-line para a emissão da certidão de Uso Insignificante da Água é um serviço gratuito que ajuda a conferir celeridade e conveniência ao processo de aquisição da Certidão de Registro de Uso Insignificante de Recurso Hídrico.

VANTAGENS

- Acesso fácil para o cidadão ao cadastro de uso da água
- Liberação dos balcões de atendimento das Suprams
- Eliminação dos prazos extensos e corte de custos do Estado com impressões e envio via Correios
- Maior regularização dos usos insignificantes da água no Estado



Ano	Cadastros emitidos
2016	27.034 (balcão)
2017	53.796 (14.539 balcão e 39.257 pelo sistema on-line)
2018*	21.926 (sistema on-line)

*Até 30 de Junho de 2018

100%

foi a redução, em 2018, das idas ao balcão das Suprams para atendimento no serviço de regularização de usos insignificantes de recursos hídricos

PROTOCOLO DE DOCUMENTOS NAS SUPRAMS VIA SEI

Implantado em 2018, propiciando à sociedade maior comodidade no atendimento prestado pelas Suprams e Superintendência de Projetos Prioritários (Suppri). O sistema foi indicado como finalista do 3º Prêmio Inova Minas, na categoria Ideias Inovadoras Implementáveis.

VANTAGENS

Maior dinâmica na prestação de serviços
 Maior transparência no acompanhamento dos documentos
 Agilidade nas tramitações internas e externas.

SISTEMA DE DECISÃO DOS PROCESSOS DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL E OUTORGA

- Avança na prestação de informações sobre os processos de licenciamento ambiental e outorga.
- Garante mais transparência aos serviços.
- Permite acesso aos resultados dos processos de licenciamento de classes 1 a 6, decididos pelo Conselho Estadual de Políticas Ambientais (Copam), Superintendências Regionais de Meio Ambiente (Suprams) e Superintendência de Projetos Prioritários (Suppri).

SISTEMA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Desenvolvido pelo Sisema em 2018, trata-se de um Sistema aberto e público de consulta e solicitação para a realização de Audiências Públicas nos processos de licenciamento ambiental do Estado. Garante maior transparência e facilidade no acesso às informações.

Cidadão	Semad - Sprams Suppri
Comodidade e flexibilidade	Otimização do fluxo de serviço
Segurança e confiabilidade	Eliminação do serviço de Digitalização
Transparência no andamento das solicitações	Confiabilidade de informação através de um sistema mais seguro
Maior satisfação do cidadão	Maior organização de atendimento
Conhecer, Participar	

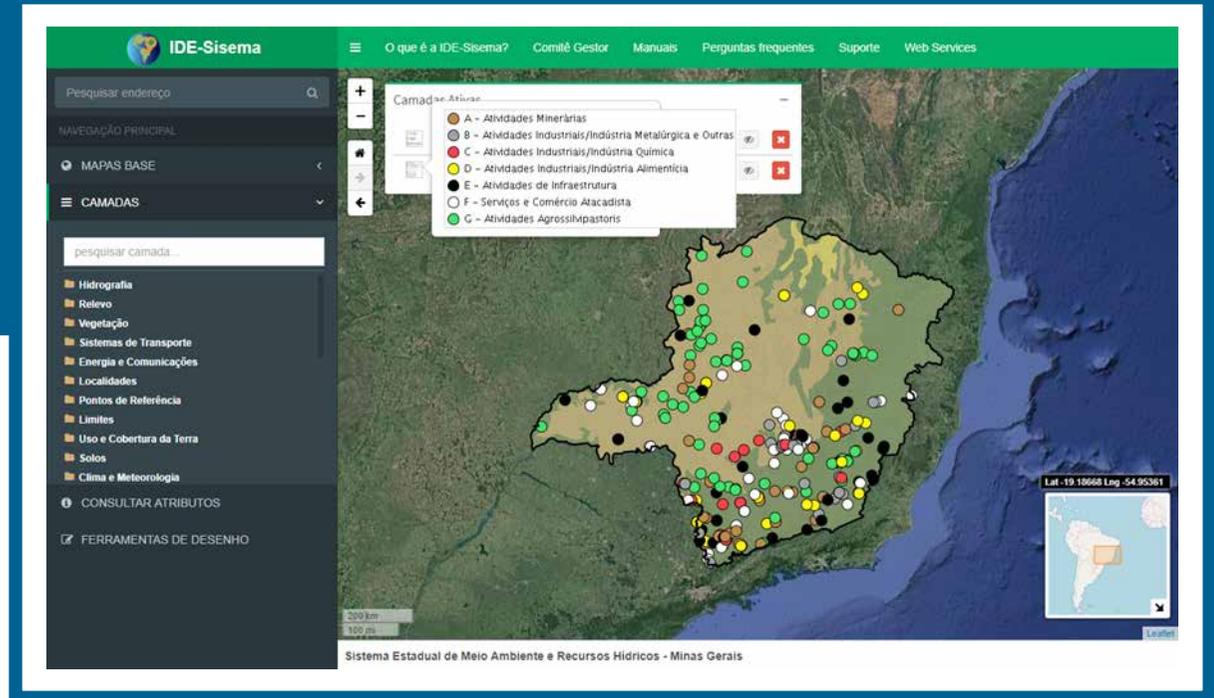
Consulta e Requerimento de Audiência Pública

Supram	Empreendimento	CNPJ/CPF	Processo	Atividade	Data Publicação	Classe	Status	Data Limite de Solicitação
SUPRAM Norte de Minas	DORIVAL CRIPPAFAZENDA LARGA	917.001.279-02	23263/2016/001/2018	O-01-03-1	03/06/2018	classe 4	Atividade de Solicitação	17/09/2018
SUPRAM Leste de Minas	FLORESTAL BIOFLOR S.A - FAZENDA CALHEIROS E MÃE D'ÁGUA	13.958.763/0001-02	03860/2005/003/2016	O-03-03-4	11/06/2018	classe 3	Aguardando Solicitação	28/09/2018
SUPRAM Jesuítimochá	NACIONAL DE GRAFITE LTDA	21.228.881/0003-63	00128/1987/016/2018	A-05-04-6	11/06/2018	classe 6	Aguardando Solicitação	28/09/2018
SUPRAM Sul de Minas	AMG MINERAÇÃO S.A.	11.224.676/0001-85	00043/1985/029/2018	A-05-03-7	24/06/2018	classe 6	Aguardando Solicitação	09/10/2018

PLATAFORMA IDE-SISEMA

Em março de 2018, foi lançada a Infraestrutura de Dados Espaciais do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IDE-Sisema).

O sistema reúne 300 camadas georeferenciadas, com informações como: vegetação, relevo, disponibilidade hídrica, tipo de solo, clima, entre outros aspectos. Com esses recursos é possível fazer simulações e antecipar a viabilidade dos empreendimentos.



VANTAGENS

- Acesso livre e gratuito de qualquer parte do mundo
- Apoio às ações de regularização e fiscalização ambiental
- Acesso aos critérios de localização previstos na Deliberação Normativa n° 217/2017, que enquadra as atividades passíveis de licenciamento ambiental em Minas.
- Subsídio ao empreendedor na escolha do local para instalação de sua atividade

153 mil

é o total de acessos que a plataforma IDE-Sisema possui desde sua implantação, em março de 2018

38

é o número de países onde pessoas já acessaram a plataforma

800

é a média diária de acessos da IDE-Sisema

SISTEMA DE REQUERIMENTO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

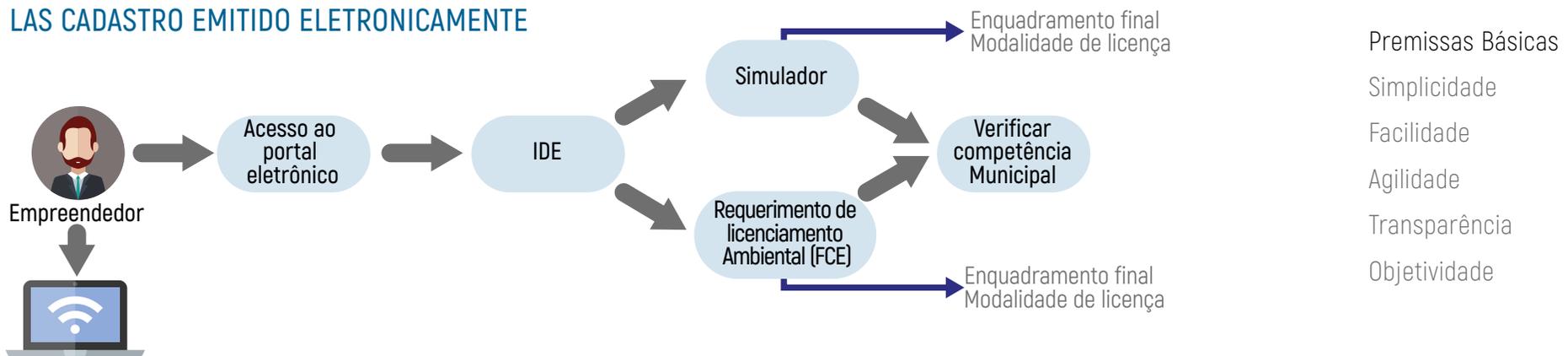
Permite aos cidadãos solicitarem o licenciamento ambiental de seus empreendimentos via internet.

GANHOS COM O SISTEMA

- Oferta de diversas orientações e informações para o cidadão, como simulações do enquadramento de seu empreendimento e atividade nos procedimentos relacionados ao licenciamento ambiental
- Acesso à Plataforma de Infraestrutura de Dados Espaciais (IDE-Sisema)
- Agilidade ao processo de licenciamento ambiental.

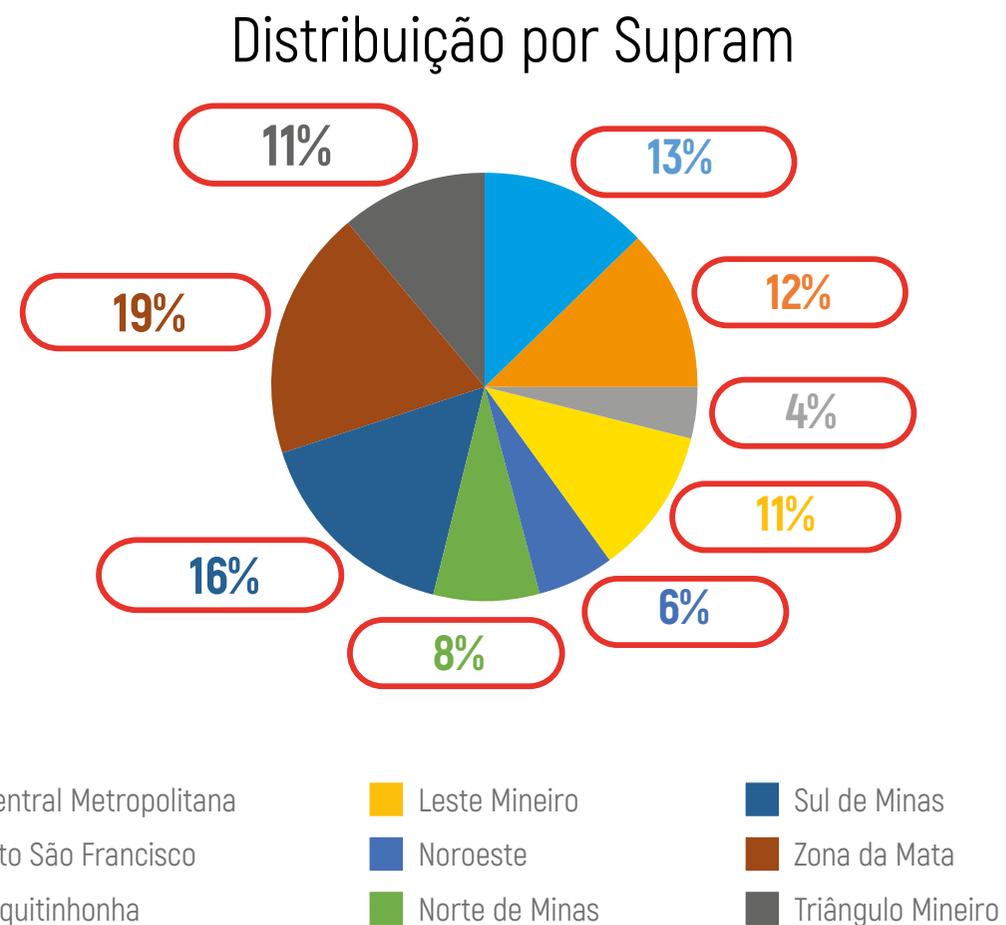
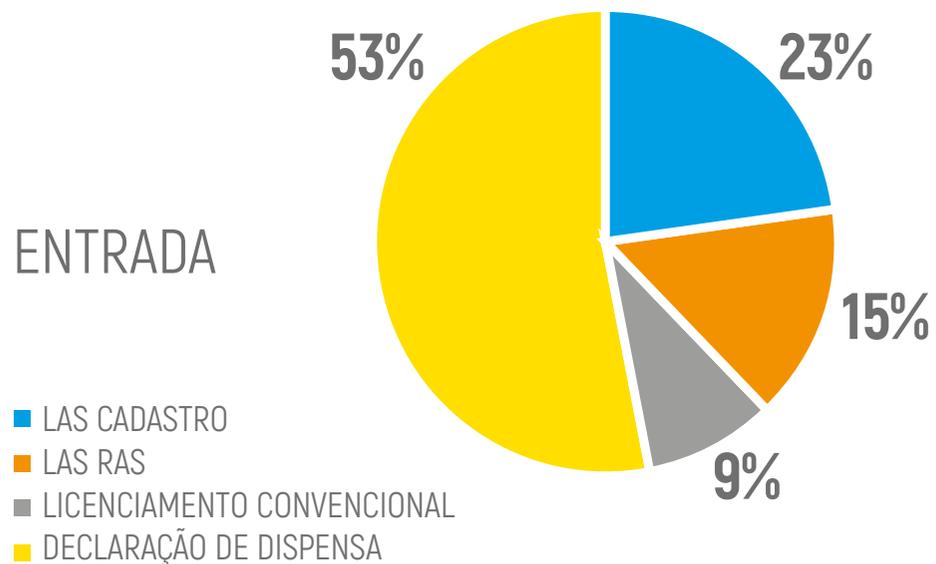


LAS CADASTRO EMITIDO ELETRONICAMENTE



Novo Sistema de Requerimento de Licenciamento

Requerimentos (março a setembro):





Governança Institucional, Infraestrutura e Gestão de Pessoas

CRIAÇÃO DA SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS PRIORITÁRIOS (SUPPRI)

Criada em 2016 para coordenar e executar a análise dos processos de licenciamento ambiental e de autorização para intervenção ambiental dos projetos prioritários para o Estado de Minas Gerais.

CRITÉRIOS DE PRIORIDADE

- Empreendimentos com alto potencial de geração de emprego e de redução das desigualdades
- Alto valor de investimento
- Alto potencial de geração de renda
- Tempo de maturação
- Potencial de redução das desigualdades regionais
- Grau de integração da cadeia de valor
- Alta integração da cadeia de valor de ICMS efetivo estimado para arrecadação no Estado.

Os projetos já analisados, e em análise, na Suppri, somam

R\$45,6 bilhões

NOVA SEDE DO COPAM E CERH

O Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam) e o Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH) passaram a ter uma nova e mais moderna sede, em 2017. Inaugurado em dezembro de 2017, o novo espaço interrompe mais de 10 anos sem investimentos na estrutura física dos dois conselhos, responsáveis por decisões de licenciamento de empreendimentos de grande porte e pela formulação da política ambiental e hídrica do Estado.

ESTRUTURA

150 lugares	Copa
Sonorização	Climatização
Projektor	Maior conforto
Tablado	



A estrutura tem localização privilegiada e de fácil acesso, no Terminal Rodoviário de Belo Horizonte, e foi viabilizada em parceria com a Codemig.

NOVA SEDE SUPRAM NORTE DE MINAS

A população que busca os serviços ambientais do Estado no Norte de Minas passou a ter mais conforto e comodidade em 2018. Em julho, foi inaugurada em Montes Claros a nova sede da unidade regional da Semad, um moderno edifício com instalações que atendem aos mais elevados padrões de estrutura organizacional.





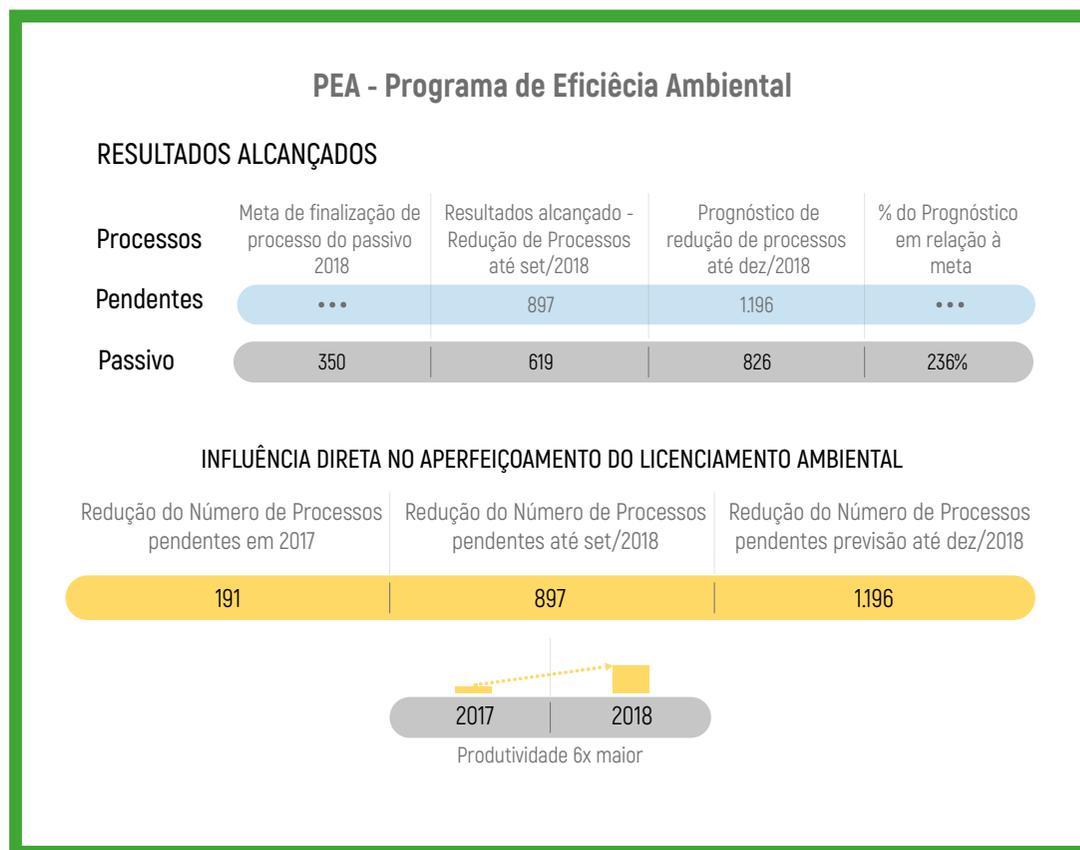
NOVA ESTRUTURA

Posição privilegiada, no Centro de Montes Claros
Área total de 7.800 m², sendo 2.200 m² de área construída.
Prédio climatizado, com acessibilidade, elevadores e estacionamento

PEA VALORIZA SERVIDOR E REDUZ PASSIVO NO LICENCIAMENTO

Uma das maiores conquistas no âmbito da meritocracia dos servidores do Sisema foi alcançada em 2018. Em janeiro, foi publicada a resolução que estabelece o sistema de metas dentro do Plano de Eficiência Ambiental (PEA), no âmbito do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Sisema).

O PEA foi criado a fim de promover o desenvolvimento sustentável por meio da melhoria da eficiência na gestão ambiental e de ações voltadas à otimização da análise e finalização dos processos de passivo de licenciamento ambiental em Minas. Em contrapartida, os servidores fazem jus ao recebimento de uma ajuda de custo paga mensalmente, na proporção dos dias efetivamente trabalhados.



CAPACITAÇÕES

Além de revisar e modernizar a legislação ambiental no Estado e criar sistemas de tecnologia mais modernos, o Sisema também capacitou seus servidores para melhor atuar nos processos internos de trabalho e no atendimento ao cidadão. Entre 2015 e 2018, cerca de 1.700 trabalhadores receberam treinamentos sobre as mais diversas áreas dentro da Semad, Feam, Igam e IEF em diferentes momentos de alinhamento.

CAPACITAÇÕES

ANO	SERVIDORES
2015	103
2016	399
2017	810
2018	380
TOTAL PERÍODO	1692



Sistema e Recursos Hídricos

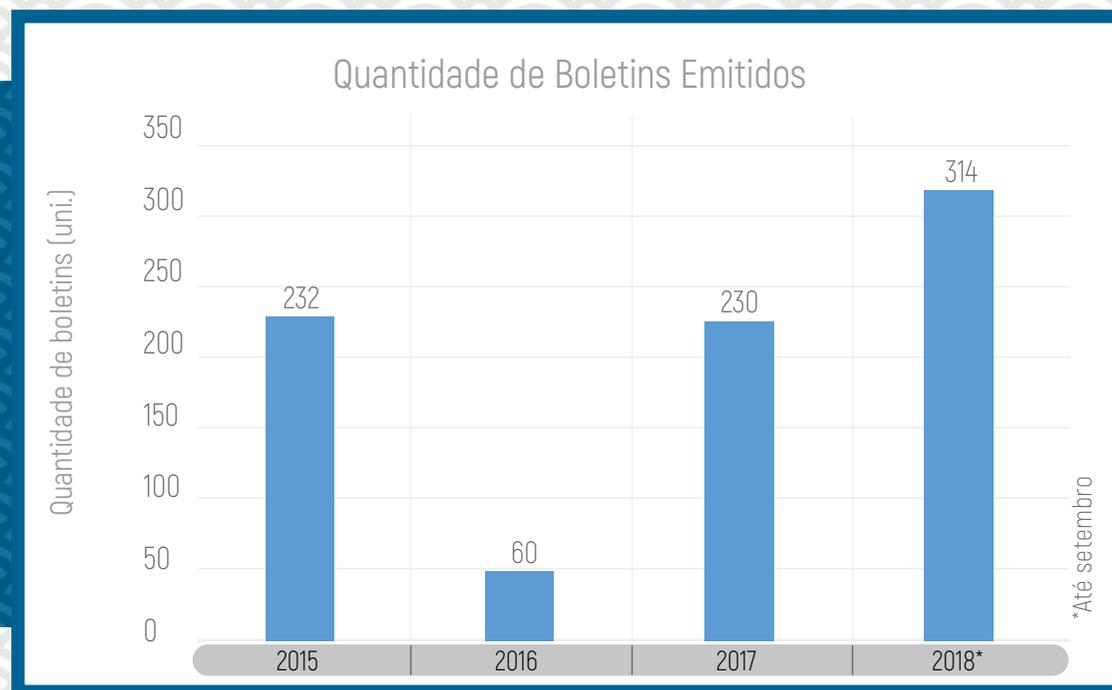
MINAS AVANÇA NO MONITORAMENTO HIDROMETEOROLÓGICO E DE EVENTOS CRÍTICOS

Minas Gerais conta com um moderno serviço de monitoramento hidrometeorológico e tem atuado no fortalecimento da previsão de eventos críticos. O trabalho desenvolvido no âmbito do Sistema de Meteorologia e Recursos Hídricos de Minas Gerais (Simge), do Igam, tem a parceria da Defesa Civil Estadual e outros órgãos e foi fortalecido com a aquisição dos radares meteorológicos e a implantação da sala de situação, na Cidade Administrativa.



BOLETINS HIDROLÓGICOS

O Igam também trabalha na emissão dos boletins hidrológicos, publicados no Portal do Sistema de Meteorologia e Recursos Hídricos de Minas Gerais (Simge). Os boletins apresentam o monitoramento do volume de água dos rios que cortam o território mineiro. Somente até agosto de 2018, foram emitidos 314 boletins, o que representa um aumento de 35,4% em relação ao ano de 2015, quando foram 232 desses documentos.



REDE DE ALERTA É AMPLIADA

A rede de alerta do Igam, formada por estações de monitoramento para controle de eventos de seca e cheia no Estado, foi ampliada nos últimos 4 anos. Enquanto em 2015 havia 25 estações instaladas em diferentes pontos do território mineiro, atualmente já são 43 estações, representando um aumento de 107,5% em toda a estrutura.

As estações de monitoramento automáticas transmitem dados de 15 em 15 minutos e servem para que o órgão conheça as condições hidrológicas dos principais sistemas hídricos do Estado.

A rede conta com estações nas Bacias dos rios São Francisco, Jequitinhonha, Paranaíba, Mucuri, Doce, Grande e Paraíba do Sul.



2015
25
estações

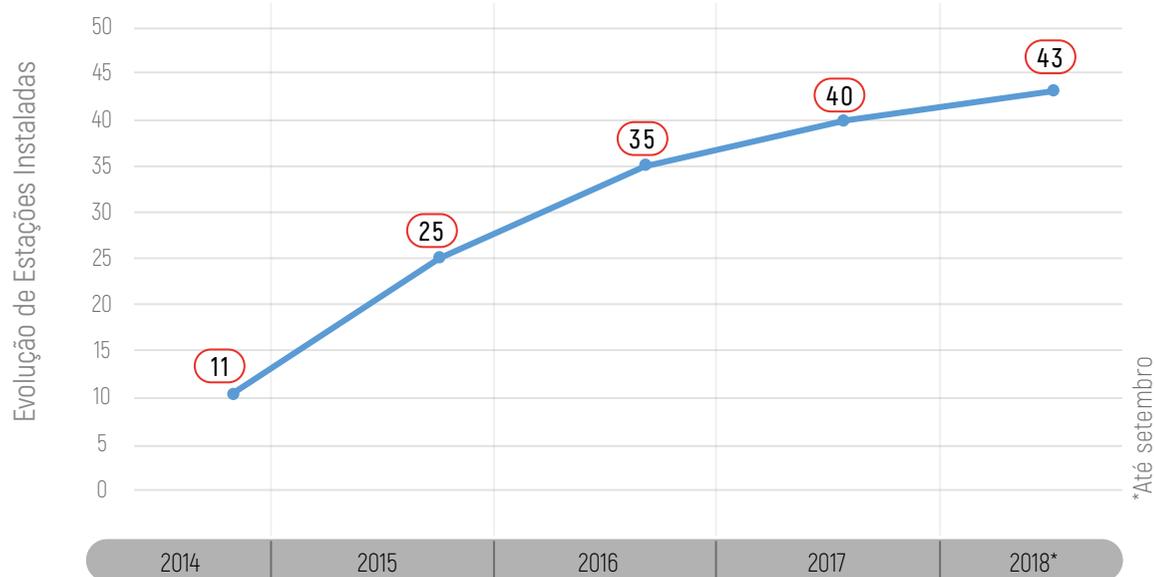
2018
43
estações



107,5%

é o percentual de aumento em toda a estrutura.

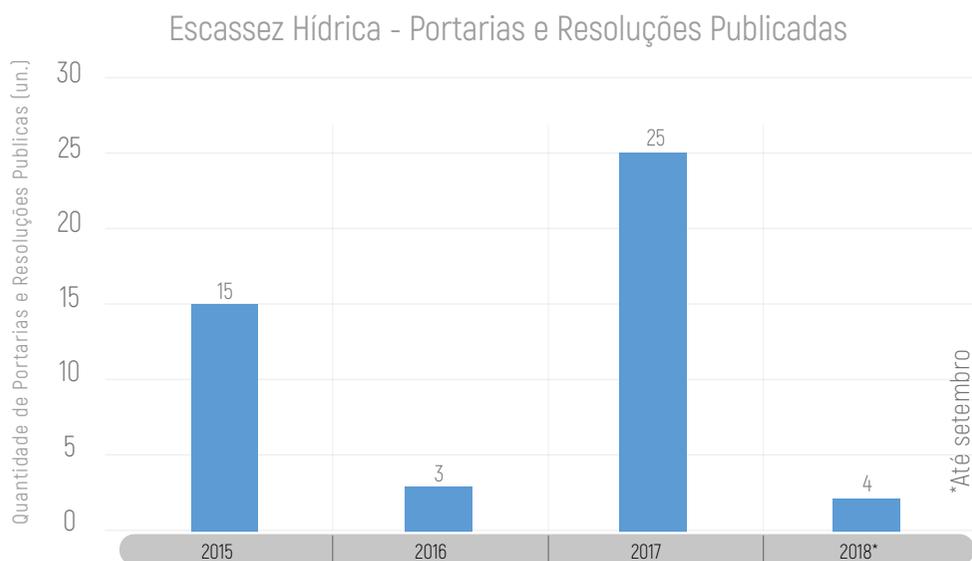
Evolução da Rede de Alerta



SUSTENTABILIDADE HÍDRICA É PRIORIDADE

Diversas ações foram desenvolvidas a fim de garantir o uso múltiplo da água em Minas na gestão mais recente do Sisema. Em 2015, o Conselho de Recursos Hídricos (CERH) aprovou a Deliberação Normativa 49, que estabelece critérios para gestão de bacias hidrográficas em situações críticas de escassez.

Desta forma, o monitoramento hidrológico passou a fornecer dados para a avaliação da quantidade de água disponível e a readequação da vazão autorizada para captação de água, com o objetivo de atender, minimamente, a todos os usuários da Bacia.



NA IMPRENSA

USO DA ÁGUA

SEGURANÇA HÍDRICA EM MINAS

ESTADO CRIA GRUPO PARA ASSEGURAR, SOBRETUDO, O ABASTECIMENTO HUMANO

Para estudar, analisar e propor ações para o enfrentamento da situação hídrica em todo o território mineiro, foi instituído pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad) o Grupo de Acompanhamento da Situação Hídrica. A resolução foi publicada nesta semana no Diário Oficial do Estado.

O fator que mais preocupa setores da administração pública estadual é o prolongado período de estiagem e o déficit pluviométrico observado nos últimos anos na maior parte de Minas, o que poderia comprometer o acesso à água a usuários atuais e futuros.

"Nosso primeiro objetivo é fechar um diagnóstico da situação para definir quais serão as ações emergenciais. A prioridade será o abastecimento humano e vamos identificar quais são as áreas mais afetadas", esclarece a diretora-geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam), Marília Carvalho de Melo.

"Também vamos adotar ações para o uso correto da água em médio e longo prazos, seja no consumo humano, na irrigação ou na indústria", complementa.

DEMANDA

Segundo levantamento do Sistema Estadual de

Meio Ambiente (Sisema), a agropecuária, seguida do abastecimento humano e da mineração, são os setores que mais demandam o recurso.

A diretora-geral do Igam também frisa que ações sugeridas serão customizadas de acordo com as regiões do Estado, que possuem características e problemas específicos.

"No Triângulo Mineiro, por exemplo, temos que fazer uma gestão da demanda. Já no Norte, uma gestão da oferta de água, que é muito escassa em alguns locais", explica.

Dos 265 municípios mineiros em situação de

emergência, a grande parte se encontra na porção norte do Estado.

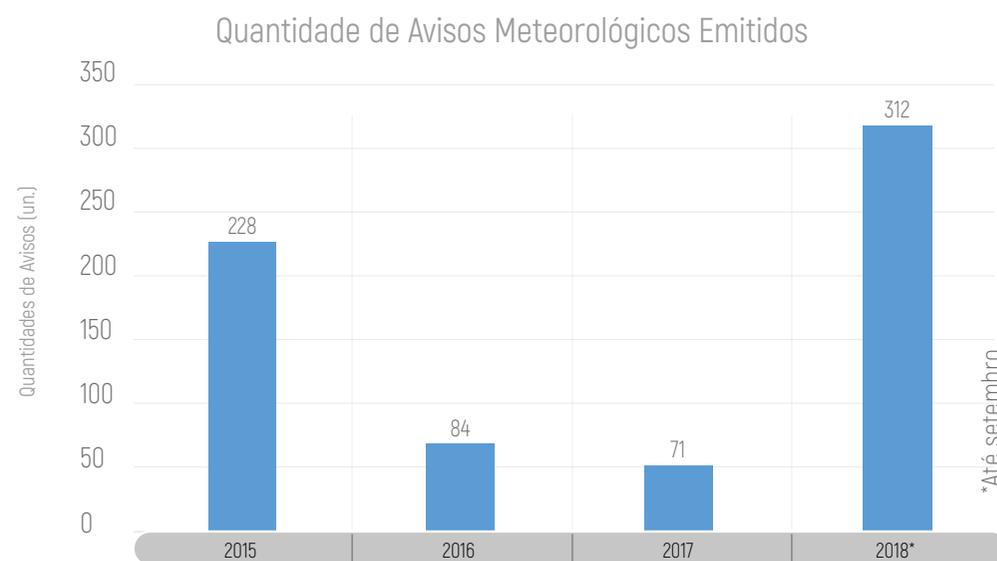
EFICIÊNCIA

Entende-se por gestão da demanda o uso eficiente da água, a minimização das perdas no saneamento, o aproveitamento da água da chuva, a potencialização do reúso na agricultura e indústria e o uso de tecnologias.

Por sua vez, a gestão da oferta envolve obras de infraestrutura (barragens, adutoras, perfurações e transposições), tratamento de esgoto e plano de conservação de bacias hidrográficas.

AVISOS METEOROLÓGICOS PREVINEM ESTRAGOS DE TEMPORAIS

Os avisos meteorológicos são publicados no Portal do Simge quando é verificada a ocorrência de um evento crítico de chuva.



MONITORAMENTO DE QUALIDADE DE ÁGUA

O monitoramento da qualidade das águas no Estado, realizado pelo Governo de Minas Gerais, por meio do Igam, completou 21 anos em 2018 com uma excelente notícia. A rede para acompanhamento trimestral das águas superficiais, que em 2015 contava com 554 pontos de monitoramento, passou para 626 pontos em 2018.

Os novos pontos foram distribuídos, principalmente, nas bacias dos rios Grande, São Francisco Jequitinhonha, Paranaíba, Pardo e Doce. Do total de 626, 25 deles estão localizados nas Bacias do Doce e do Velhas e têm medições mensais. A mudança representa um aumento de 13%.

Também são monitorados 146 poços de água subterrânea, distribuídos nas bacias dos rios São Francisco, Grande e Paranaíba. As ações são desenvolvidas pelo Igam, por meio do "Programa Águas de Minas".



MINAS SAI NA FRENTE COM O QUALIÁGUA

Em 2015, o Igam começou a operar a rede nacional do Programa de Estímulo à Divulgação de Dados da Qualidade da Água (Qualiágua), da Agência Nacional das Águas (ANA). Minas foi o primeiro Estado da federação a firmar tal contrato.

O programa visa implementar a Rede Nacional de Qualidade da Água (RNQA), estimular a padronização do monitoramento de qualidade de água e contribuir para o fortalecimento dos órgãos gestores para que realizem o monitoramento. Atualmente são 506 pontos coincidentes com a RNQA, sendo 152 com medição simultânea de vazão.

ESTRUTURAÇÃO DOS COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS (CBHS)

A estruturação física e operacional dos Comitês de Bacias Hidrográficas (CBHs) de Minas Gerais foi um importante passo dado pela mais recente gestão do Sisema

MELHORIAS

Apoio administrativo aos Comitês que não implementaram a cobrança pelo uso da água, ou seja, 24 dos 36 comitês mineiros.

Contratação de apoio administrativo para os comitês, com investimentos de R\$ 360 mil com as contratações e com custeio de viagens para reuniões.

Publicação do Edital 01/2018 destinado ao chamamento de entidades do terceiro setor que possam receber o recurso destinado aos comitês.

A photograph of a bird, likely a species of gallinule, standing in a wetland. The bird has brown upperparts, a white underbelly, a long neck, a red beak, and long red legs. It has a distinctive crest of long, thin feathers on its head. The background consists of tall, thin grasses and a body of water.

Sistema e Biodiversidade

REDUÇÃO DO DESMATAMENTO DA MATA ATLÂNTICA

Minas Gerais alcançou em 2017 seu melhor resultado em mais de três décadas, no quesito redução do desmatamento de Mata Atlântica. Dados da ONG SOS Mata Atlântica mostram que enquanto no biênio 2015-2016 foram desmatados 7410 hectares desse bioma, o biênio 2016-2017 teve desmatamento muito menos expressivo de 3.128 hectares.

Isso representa 58% a menos de hectares desse bioma suprimidos de forma irregular. Na prática são menos 3 mil campos de futebol que deixaram de ser desmatados no último biênio, na comparação com o período 2015/2016. Essa é a menor porção desmatada desde o início do monitoramento feito pela ONG, em 1985, ou seja, há 32 anos.

MEDIDAS PARA A REDUÇÃO

- Melhoria das ações de fiscalização e monitoramento mais frequente das áreas de desmate
- Aquisição de novas tecnologias e equipamentos de detecção dos desmatamentos, a exemplo dos drones
- Locação de viaturas para realização das vistorias in loco
- Ampliação em 50% do convênio firmado com a Polícia Militar de Meio Ambiente de Minas Gerais (PMMG) para estruturação e custeio das atividades de fiscalização
- Investimentos em sistemas de controle das atividades e de processamento dos autos de infração
- Instituição do Plano Anual de Fiscalização (PAF) e do Relatório Anual de Atividades (RAA), com participação social
- Treinamentos e capacitação de equipes técnicas e policiais militares



58%

é o índice de redução do desmatamento da Mata Atlântica em Minas entre 2017 e 2016, na comparação com o biênio 2016/2015

21%

de todo o bioma Mata Atlântica existente no Brasil

41%

do território mineiro é de Mata Atlântica

MINAS GANHA NOVAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Minas Gerais ganhou, quatro unidades de conservação nos últimos quatro anos, chegando a um total de 94. Isso significa quase 2 milhões de hectares protegidos nos três biomas existentes no Estado: Caatinga, Cerrado e Mata Atlântica. Os mais recentes foram:

PARQUE ESTADUAL SERRA NEGRA DA MANTIQUEIRA

Criado por meio do Decreto nº 301/2018, a unidade de conservação está localizada nos municípios de Rio Preto, Lima Duarte, Olaria e Santa Bárbara do Monte, na Zona da Mata.

A área total é de 4.100 hectares.



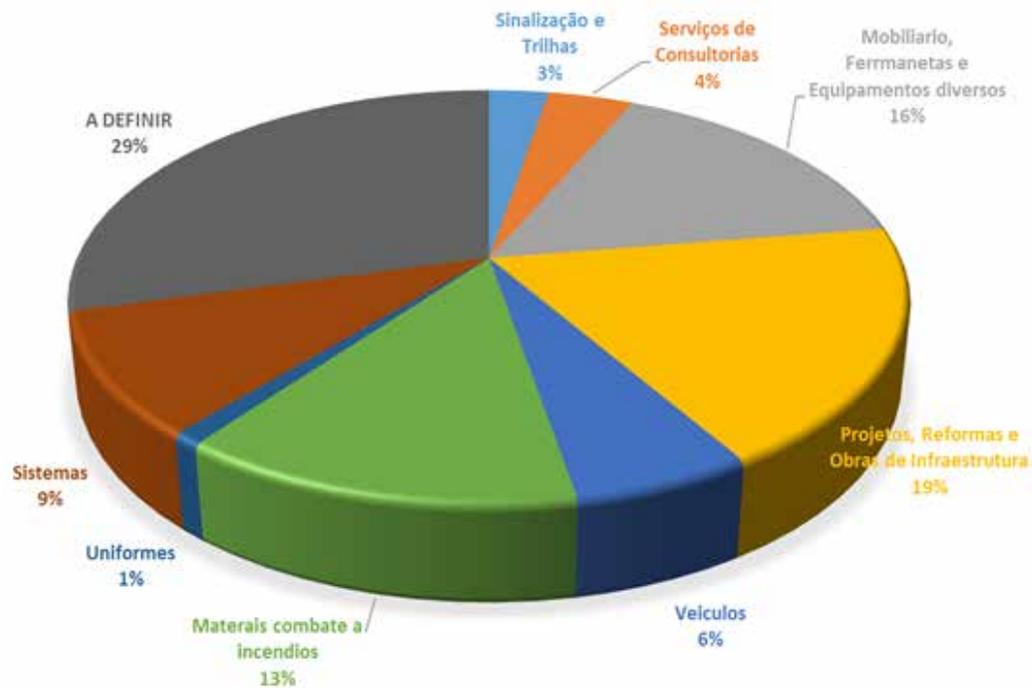
PARQUE ESTADUAL DE BOTUMIRIM

Criado pelo Decreto 302/2018, está situado no Norte de Minas, nos municípios de Botumirim e Bocaiúva, com área de 36.188 hectares.

MAIS AVANÇOS

40 RESERVAS particulares do Patrimônio Natural (RPPNs) declaradas entre 2015 e 2018, que garantem a proteção de 2.315 hectares. As áreas são um compromisso dos proprietários com a preservação ambiental.

60 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, a maioria municipais, inseridas no Cadastro Estadual. O cadastramento torna o município apto a receber o ICMS ecológico pelo fator Unidade de Conservação.



COMPENSAÇÃO MINERÁRIA

Recurso oriundo de empreendimentos minerários destinado a investimento nas unidades de conservação estaduais. O repasse foi regulamentado por meio da Portaria 27/2017, permitindo o avanço na implantação dessas áreas – por meio da regularização fundiária – bem como na compra de equipamentos e investimento em infraestrutura.

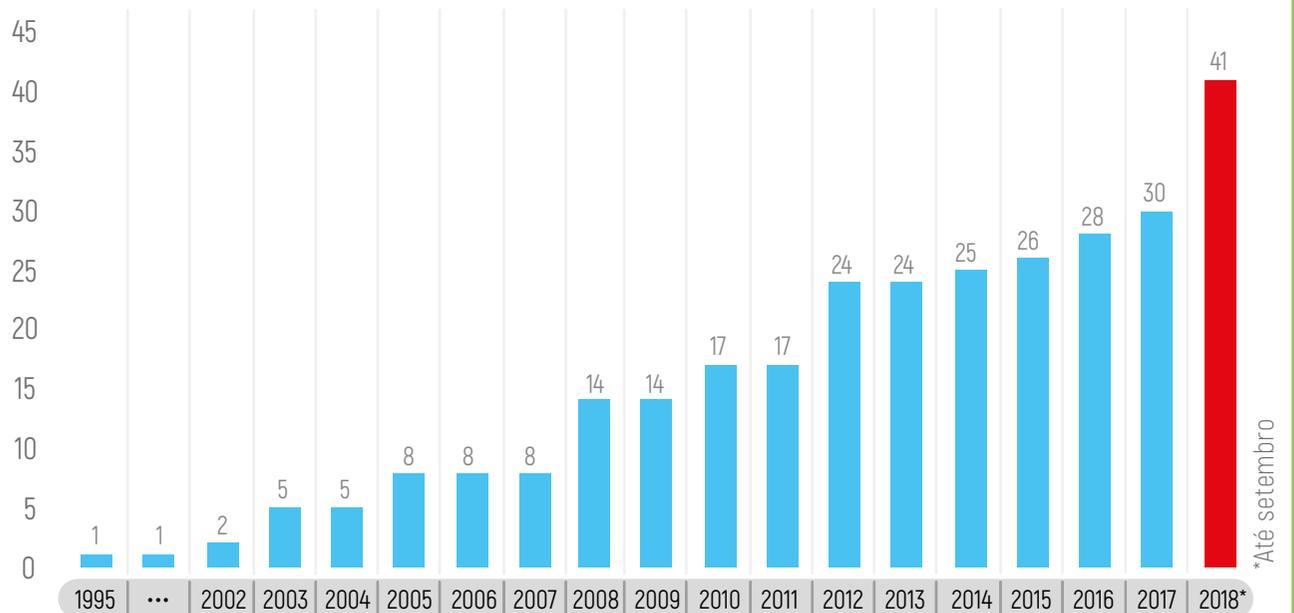
Aquisições da Compensação Minerária em andamento:

TOTAL: R\$ 65.217.813,24

ELABORAÇÃO DE PLANOS DE MANEJO

Mais 17 planos de manejo foram criados nos últimos quatro anos, fortalecendo a proteção a unidades de conservação em todo o Estado.

Histórico de Planos de Manejo existente



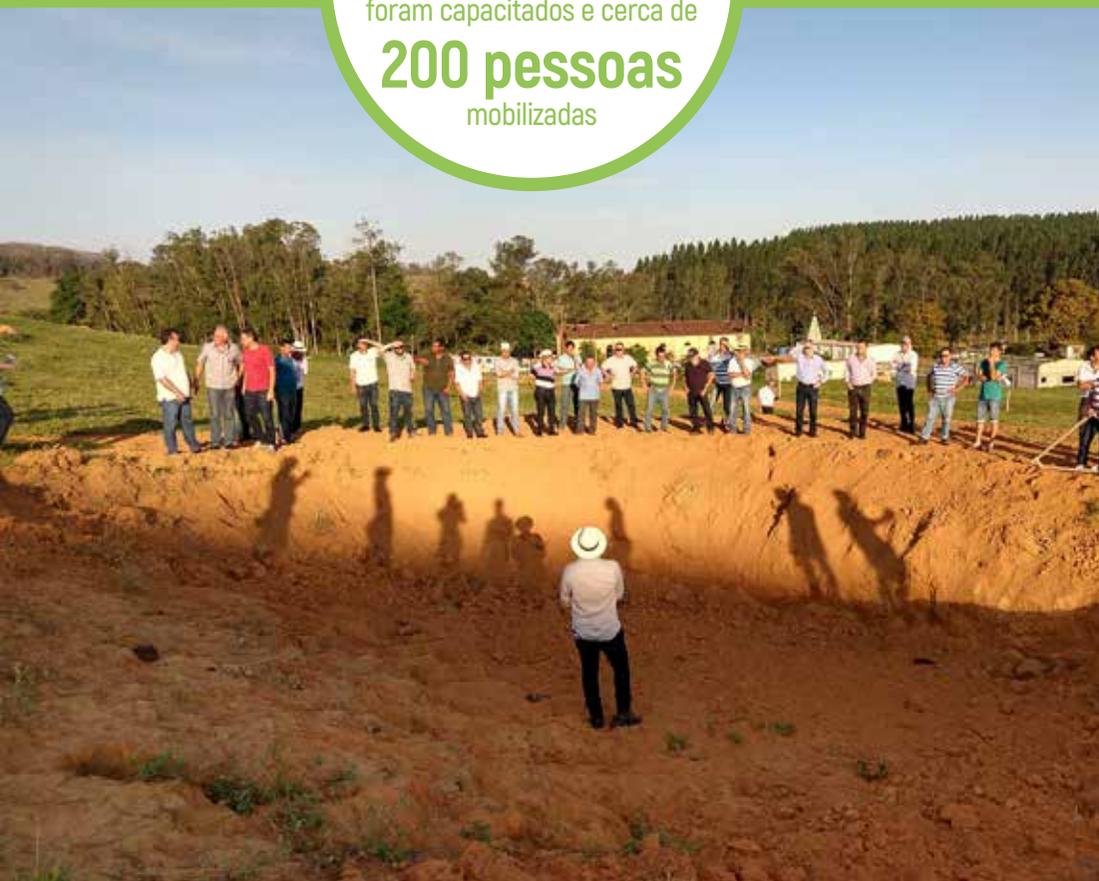
CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ECOSISTEMAS

Melhorias dos viveiros:

De 2015 a 2018, **7 viveiros de produção de mudas foram revitalizados em Minas**, por meio dos projetos Promata II, Plantando o Futuro e por meio de parceria com a Agência de Bacia Peixe Vivo e ainda com a iniciativa privada.

Os viveiros estão localizados em Leopoldina, Lavras, Governador Valadares, Ubá, Montes Claros, Patos de Minas e Presidente Olegário.

Mais de
800
produtores rurais
foram capacitados e cerca de
200 pessoas
mobilizadas



CONEXÃO MATA ATLÂNTICA

Por meio do projeto Recuperação e Proteção dos Serviços do Clima e da Biodiversidade no Corredor Sudeste da Mata Atlântica, produtores rurais de Minas estão sendo capacitados em técnicas de conservação da água e do solo e produção sustentável. O projeto foi assinado em janeiro de 2016, entre Minas e os estados do Rio de Janeiro e São Paulo, com recursos do Fundo Global do Meio Ambiente (GEF), por meio do Banco Interamericano de Desenvolvimento.

CENTROS PARA ANIMAIS SILVESTRES SÃO AMPLIADOS

Os Centros de Triagem de Animais Silvestres (Cetas) são importantes estruturas de combate ao tráfico de animais.

Em 2015 Minas Gerais contava com o apoio de três Cetas, nos municípios de Belo Horizonte, Juiz de Fora e Montes Claros. Após um intenso trabalho de articulação, está em andamento a implantação de 10 CETAS, que se encontram em diferentes fases.

A expectativa é que os Centros sejam implantados nos municípios de Belo Horizonte, Divinópolis, Governador Valadares, Gouveia, Januária, Montes Claros, Paracatu, Patos de Minas, Teófilo Otoni e Uberlândia.



CETAS Patos de Minas

Situação em 2015:

20 áreas
cadastradas

Situação em 2018:

51 áreas
cadastradas

Avanços: Suspensão do cadastramento de áreas nas regiões metropolitana e central do estado, com intuito de desconcentrar espacialmente as solturas.

Desde novembro de 2013, o IEF já avaliou 265 áreas no âmbito do projeto ASAS, contando hoje com 51 áreas de soltura em uso e outros 79 cadastros em diferentes etapas de andamento.

Ações desenvolvidas para se chegar ao resultado: Melhorias nos procedimentos e critérios para seleção das áreas

PREVINCÊNDIO



O trabalho de combate aos incêndios florestais nas unidades de conservação estaduais é realizado pela Força-Tarefa Previncêndio, estrutura coordenada pelo Sisema que também envolve o Corpo de Bombeiros, a Polícia Militar e tem toda uma estrutura de monitoramento por satélite dos focos de calor, brigadistas, contratados e voluntários, helicópteros, aviões de lançamento de água e de monitoramento, bases no norte, sul e Região Jequitinhonha.

Os esforços vêm apresentando resultados. Em 2015, a área interna de unidades de conservação atingida por incêndios florestais foi de 74.023,11. Em 2017, o número caiu para 41.294,06. Em 2018, até agosto, esse número era de 1.375,49 hectares.

Número de ocorrências e área queimada nas UCs estaduais entre 2016 e 2018.

	2016	2017	2018*
Área interna queimada [ha]	14.040,16	41.294,06	4.332,88
Área entorno queimada [ha]	9.599,20	24.024,57	2.903,07
Número ocorrências área interna	440	517	360
Número ocorrências entorno	252	365	179

* Até 24/10/2018.

CADASTRO AMBIENTAL RURAL (CAR)

Minas Gerais é um dos Estados com maior eficiência no estímulo ao cadastro dos produtores rurais. O IEF realizou inúmeras ações junto a sindicatos e associações de classe, buscando aumentar o número de cadastrados e ampliar a base de dados.

Com essa rede de apoio, o Estado é o que tem o maior número de inscritos com 695.089 que representam 15,27% segundo informações do Ministério do Meio Ambiente. Em segundo lugar, está a Bahia, com 11,95% (544 mil inscritos), e em terceiro, o Rio Grande do Sul, com 11,65% (530 mil).

CADASTRO NO CAR EM MG

2014	46.077
2015	254.696
2016	292.142
2017	17.412
2018	98.928
TOTAL:	709.255

* Até 31/10/2018.

PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL (PRA)

Por meio da fase II do Projeto de Proteção da Mata Atlântica (Promata) estão sendo construídos o marco legal e manual técnico do PRA e seus instrumentos. O processo democrático inclui a participação de mais de 30 instituições públicas e privadas. As ações visam à segurança jurídica da regularização ambiental dos imóveis rurais e traz parâmetros técnicos para a implantação de medidas de recuperação de áreas degradadas, assim como seu monitoramento.

Paralelamente a esse processo está sendo construída a regulamentação para implantar sistemas agroflorestais em Minas, processo que é coordenado pelo IEF, Semad e pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário (Seda), pela ONG Rede e diversas outras instituições.



NA IMPRENSA



A scenic landscape featuring a large body of water in the foreground, a hillside with a sugarcane field and a house in the middle ground, and a forested ridge in the background. The water is calm, reflecting the surrounding environment. The hillside is covered in dry, golden-brown grass, with a distinct area of sugarcane plants on the left. A long, low house with a red roof is visible on the hillside. The background shows a dense line of green trees on a ridge.

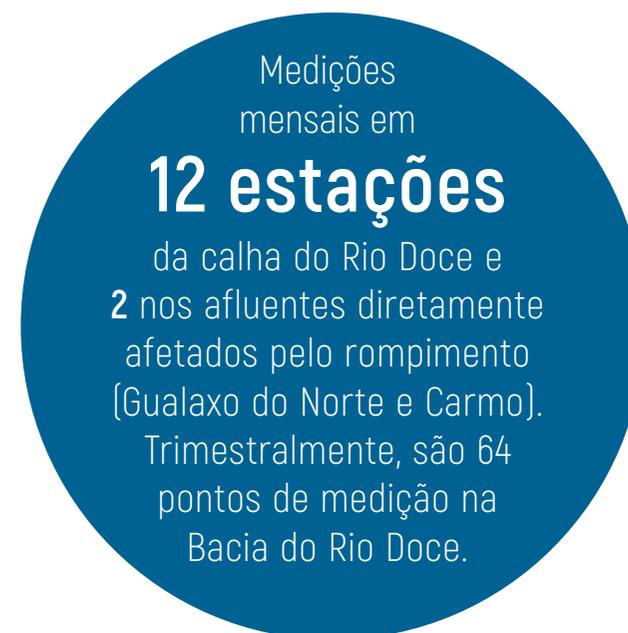
Revitalização da Bacia do Rio Doce

Após o rompimento da Barragem de Fundão, em 2015, o Sisema atuou em muitas diretrizes para conter os danos ambientais, bem como para evitar novos eventos dessa natureza no Estado.

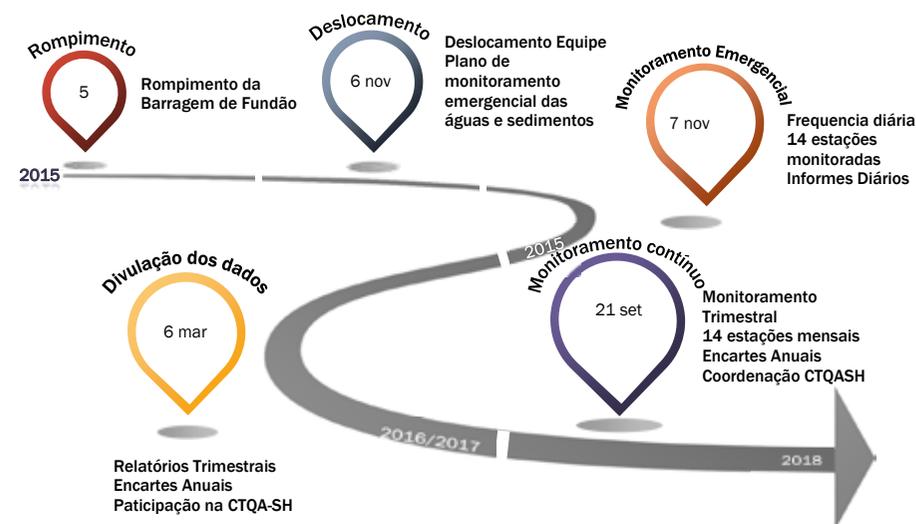
Medidas adotadas:

- Gestão emergencial dos impactos ambientais logo após o desastre
- Maio de 2016 – Publicação do Decreto nº 46.993, que proíbe a construção de barragens com disposição de rejeitos à montante
- Maio de 2016 – Publicação da Resolução Conjunta nº 2.372 que estabeleceu diretrizes para realização da Auditoria Técnica Extraordinária de Segurança de Barragens de Rejeito com alteamento para montante
- 2016 - Semad passa a integrar o Comitê Interfederativo, sistema de governança estabelecido no Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC) firmado pelas empresas responsáveis pelo desastre.
- Assinatura de Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC) para execução de 42 programas de recuperação ambiental, social e econômica da Bacia do Rio Doce.
- 2016 - Semad passa a integrar o Comitê Interfederativo (CIF), sistema de governança estabelecido no Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC) firmado pelas empresas responsáveis pelo desastre.
- Semad, IEF, Feam e Igam participam das Câmaras Técnicas do sistema CIF, avaliando e acompanhando os projetos ambientais para o Estado de Minas Gerais.
- Setembro de 2016 - Governo de Minas criou na Semad, por meio do Decreto nº 47.042, a Diretoria de Gestão da Bacia do Rio Doce, com o objetivo de aprimorar a articulação institucional e o acompanhamento das ações de recuperação.
- A fiscalização dos aspectos ambientais das barragens passa a ter incremento de 50%.
- Novembro de 2016 a julho de 2018 – São executadas seis campanhas da Operação Watu, iniciativa criada com o objetivo de acompanhar as ações de recuperação ambiental, nas margens dos rios principais, da jusante da Barragem de Fundão à montante da Usina Hidrelétrica Risoleta Neves.
- Julho de 2018 – Semad concede licença ambiental para construção do novo Distrito de Bento Rodrigues para realocação dos atingidos pelo desastre.

Monitoramento Especial da Bacia do Rio Doce



Monitoramento Especial do Rio Doce



SUPORTE TÉCNICO

Em relação à regularização ambiental das ações voltadas à recuperação dos danos causados pelo desastre, a Semad e seus órgãos vinculados têm dado suporte técnico na avaliação e definição de diretrizes para a reconstrução das estruturas afetadas nos municípios de Barra Longa e Rio Doce, incluindo as obras de recuperação da Usina Hidrelétrica Risoleta Neves, indicando os requisitos para licenciamento ambiental, outorga de uso de recursos hídricos ou autorização de supressão vegetal, quando aplicáveis.

Novos caminhos para a mineração



GESTÃO DE BARRAGENS

Muitos foram os passos dados no Sisema para tornar a atividade de mineração mais sustentável em Minas Gerais. As medidas passam por mudanças na legislação, auditorias, aumento da fiscalização ambiental de barragens de rejeitos, bem como no estabelecimento de parcerias com órgãos de vigilância ambiental e instituições internacionais que detêm tecnologias modernas na área de mineração.





EFICIÊNCIA NAS FISCALIZAÇÕES

50%

é o aumento nas fiscalizações de barragens em Minas após o rompimento a Barragem de Fundão.

De **200** fiscalizações anuais registradas em 2015, o número chegou a **300** por ano, em 2017 e 2018. Nos últimos dois anos foram feitas **600** fiscalizações. O número prioriza as barragens com estabilidade não garantida ou aquelas em que a auditoria não foi concluída.

- Publicação do Decreto 46.993/2016 - proíbe o modelo de disposição de rejeitos à montante, a exemplo de como era na Barragem de Fundão.
- Publicação da Resolução Conjunta Semad/Feam n.º 2.372/2016 - cria a obrigatoriedade da Auditoria Técnica Extraordinária de Segurança, com foco no fenômeno de liquefação, que ocorreu em Fundão.
- Em 2017, foram feitas capacitações de servidores de outras secretarias do Estado para que fossem iniciadas fiscalizações conjuntas com a Feam em barragens de rejeitos e de resíduos. Ao todo, 27 técnicos passaram pelo treinamento.

Apesar de a responsabilidade pela operação adequada das estruturas ser do empreendedor e, de acordo com as regras do Programa, as auditorias devem ser realizadas por profissional especialista em segurança de barragens externo aos quadros das empresas, a Feam acompanha a situação dos empreendimentos localizados no Estado.

COOPERAÇÃO INTERNACIONAL E NOVAS TECNOLOGIAS

- Parcerias internacionais para aquisição de novas tecnologias
- Fomento a alternativas para gestão de rejeitos de mineração
- Incentivo a novas tecnologias para monitoramento
- Incentivos econômicos
- Disseminação de conteúdo técnico com diversos setores da sociedade durante o I Seminário Internacional de Barragens, em Belo Horizonte.



中國地質大學

CHINA UNIVERSITY OF GEOSCIENCES



MINERAÇÃO

Minas recorrerá à *expertise* chinesa para aproveitar rejeitos

Objetivo é fomentar novos usos, inclusive para a construção civil

Destinação de rejeitos da mineração pode ser lucrativa

O governo de Minas quer incentivar a conversão de rejeitos da extração de minério de ferro em produtos para a construção civil. A medida, já adotada por mineradoras chinesas, diminuiria

a necessidade da construção de barragens, como a de Fundão, da Mineradora Samarco, que se rompeu em 2015, no distrito de Bento Rodrigues, na região Central. Pág. 5



Faltam tecnologias para transformar o rejeito em produto



Sistema e Sustentabilidade

GESTÃO DE RESÍDUOS

Entre 2015 e 2018 houve um acréscimo de 6,68% da população urbana mineira que encaminham os resíduos sólidos urbanos (RSU) gerados para destinação final ambientalmente adequada em sistemas tecnicamente adequados e regularizados junto ao Sisema para este fim.

MEDIDAS ADOTADAS

- Assinatura de Termo de Parceria com entidade da sociedade civil, em maio de 2018, para investimento de R\$7 milhões no estímulo de medidas de redução aos impactos da destinação inadequada do lixo em municípios mineiros.
- Assinatura do Termo de Cooperação Técnica entre o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), Semad, Secir, AGE e Feam para fortalecer formação de consórcios.

Em 2015, havia **222 municípios** mineiros cadastrados para recebimento da cota parte do ICMS Ecológico critério meio ambiente, subcritério saneamento quanto aos RSU. Em 2018 esse número subiu para **359 municípios**



Em 2015

498

municípios
dispunham seus
RSU em Lixões

Em 2018
esse número
reduziu para

408



EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO LICENCIAMENTO

Minas Gerais tornou-se, em 2017, um dos Estados do Brasil a exigir dos empreendedores, no momento do licenciamento ambiental, programas de educação ambiental para os públicos interno e externo.

Com isso, as ações desenvolvidas no âmbito do licenciamento passaram a ser ações contínuas, que mobilizam as pessoas e despertam a consciência, tanto de funcionários, quanto de moradores que vivem na área de influência dos empreendimentos.

O texto inovou ainda ao trazer pela primeira vez ações de educação ambiental para a fauna doméstica e ao promover a reestruturação dos Centros de Educação Ambiental (Ceas).

DIÁLOGOS COM O SISEMA

Criado em 2017, o Programa Diálogos com o Sisema é um espaço de debate de assuntos e temas ambientais com os diversos setores da sociedade civil, público acadêmico e organizações não governamentais (Ongs). O debate tem o objetivo de garantir a democratização das informações ambientais, além de incentivar a participação da sociedade na preservação do equilíbrio do meio ambiente e na defesa da qualidade ambiental como exercício da cidadania. Os encontros são abertos ao público e ocorrem mensalmente.

QUALIDADE DO AR

Em 2015, a rede de monitoramento da qualidade do ar contava com 25 estações e em 2018 esse número subiu para 44 estações.

Duas destas estações que foram implantadas fazem parte das ações de mitigação das emissões atmosféricas e dos impactos na qualidade do ar, oriundos da recuperação ambiental da bacia do rio Doce, afetada pelo rompimento da Barragem de Fundão.

AVANÇO NA REDE

2015	25 Estações
2018	44 Estações
Diferença	75% de aumento





Sistema e o futuro do meio ambiente



Mesmo com todos os avanços alcançados e melhorias alcançadas na pasta ambiental do Estado, ainda são muitos os desafios a serem vencidos e os projetos em andamento para serem concluídos. Na área do licenciamento, a meta é zerar o passivo de processos tramitando fora do prazo por meio do já exitoso Programa de Eficiência Ambiental (PEA).

Em 2018, a gestão do Sisema criou o Sistema de Requerimento de Licenciamento Ambiental, que possibilita aos usuários comodidade e conforto ao poderem solicitar o licenciamento ambiental de seus empreendimentos via internet, identificando sua modalidade de licenciamento e o procedimento necessário para instrução do processo de licenciamento ambiental. Além disso, a formalização e emissão de licença para a modalidade de LAS Cadastro é totalmente eletrônica.

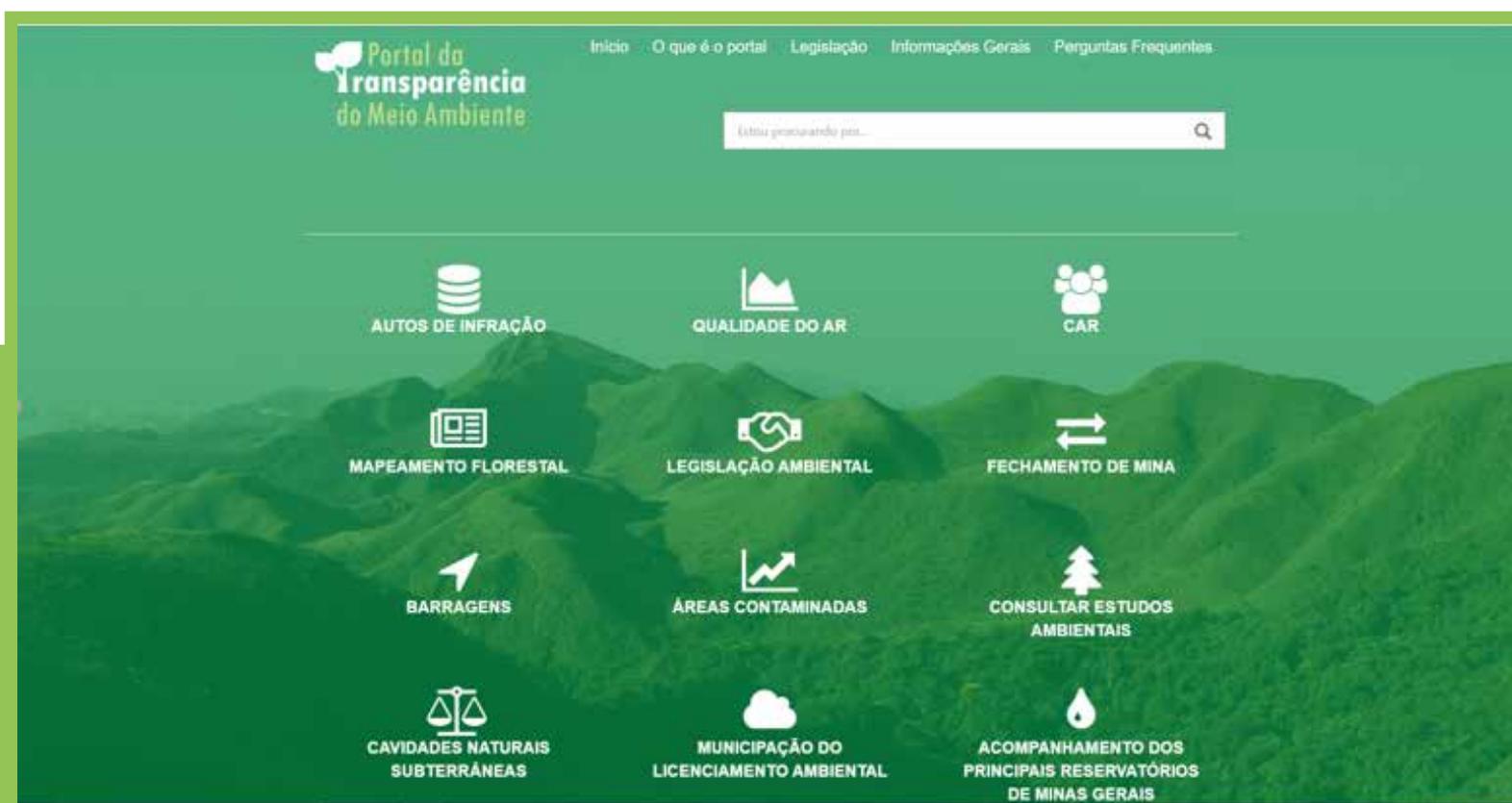
Outra importante iniciativa para 2019 será concluir o trabalho para tornar eletrônico o processo de licenciamento das outras modalidades, eliminando a necessidade de documentos físicos e agilizando sua análise.

Está em andamento também no Sisema, o Sistema de Análise de Outorga, previsto para estar totalmente implantado em 2019. A implantação será em dois módulos:

- Módulo de Análise de processos de outorga - Garantirá maior celeridade às análises de processos reduzindo o tempo de resposta pelo Estado e aumentando o universo de usuários para maior abrangência das ações de gestão de uso. **Entrega: Dezembro de 2018.**
- Módulo de Requerimento de outorga e Caracterização de Uso - Serviço web que possibilitará ao usuário efetuar o requerimento e formalização dos processos de outorga por meio on line, com maior comodidade e menor custo operacional para o Estado pela redução dos atendimentos nos balcões regionais. **Entrega: Março de 2019.**
- Novo sistema de votação online - Com a proximidade do fim do atual mandato do Copam e atenta à recomposição para o próximo biênio, a Semad elaborou um "novo sistema de votação online" com vistas a tornar mais eficiente a eleição para os representantes da sociedade civil do Colegiado. A recomposição será totalmente online, sendo que a etapa de cadastramento será realizada por meio do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e a votação dos cadastrados como eleitor/elegível será por meio do novo Sistema. O novo sistema poderá ser usado também para recomposição do CERH-MG em seu próximo mandato. A Semad também desenvolveu um novo Sistema de Reuniões, visando aperfeiçoar a publicação das reuniões dos colegiados Copam e Cerh-MG. O sistema observa o fluxo dos trabalhos dos gestores, a hierarquia dos documentos e o perfil de cada unidade colegiada. Ele será lançado juntamente com o novo portal dos colegiados.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA AMBIENTAL

Em novembro de 2018, o Sisema disponibilizará à sociedade o Portal da Transparência Ambiental, com todas as informações sobre os diversos aspectos relacionados ao meio ambiente em Minas. Além de atender às determinações da Lei 15.971/2006, a criação do portal possibilita a qualquer cidadão a mais ampla e irrestrita transparência dos Serviços Sisema em um ambiente único, compacto e integrado.



IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA ESTADUAL POR PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS

O Sisema tem a proposta de criar a Política Estadual de Serviços Ambientais (Pesa) com o objetivo de elaborar e executar programas que remuneram provedores de serviços ambientais. A política beneficiará tanto indivíduos quanto comunidades e municípios que promovam a conservação da biodiversidade e a proteção dos recursos hídricos nas bacias hidrográficas mineiras. A Pesa estabelece um conjunto de fontes de recursos que garantirá o recebimento pelos provedores de valores correspondentes aos serviços ecossistêmicos por eles prestados. Desse modo, a proposta se configura como um reconhecimento do valor econômico da proteção ao meio ambiente e aos recursos hídricos e ainda da contribuição destes para a manutenção da qualidade de vida da população.





LEI FLORESTAL, PRA E SINAFLOR

Dando continuidade às políticas florestais, o Sisema está elaborando uma minuta de projeto de lei para regulamentação da lei florestal mineira, e ainda trabalha para implantação do PRA e consolidação do Sinaflor. Para 2019, a expectativa é que tanto as modalidades de intervenção ambiental, quanto as de exploração vegetal sejam conduzidas por meio deste último sistema, o que permitirá ao estado uma melhor gestão dos produtos e subprodutos de origem florestal.

O Estado terá ainda uma importante ferramenta de proteção ao meio ambiente com a efetivação do Sistema de Conciliação em Processos Infracionais. A iniciativa já está prevista em acordo de cooperação que prevê a conversão dos recursos

de multas ambientais não quitadas na prestação de serviços e ações de melhoria do meio ambiente. Os projetos ambientais serão priorizados pelo Copam e pelo CERH.

Além disso, o Sisema tem pela frente o fomento e execução de políticas de sustentabilidade já em andamento, que reconhecem o meio ambiente como ativo do Estado de Minas Gerais. Essas iniciativas incluem diversificação energética, observatórios de fauna, turismo ecológico, mercado de carbono, entre outras ações.

